

Companhia Nitro Química Brasileira

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Companhia Nitro Química Brasileira
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Nitro Química Brasileira (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Nitro Química Brasileira em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de abril de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Hudson Souza Martins
Contador
CRC nº 1 SP 280390/O-2

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	692.940	669.851	720.929	801.834	Fornecedores	15	271.117	317.532	313.465	321.208
Contas a receber de clientes	7	381.281	526.081	409.641	509.340	Empréstimos e financiamentos	16	219.879	486.188	219.879	507.593
Estoques	8	510.394	396.038	526.351	418.520	Salários e encargos sociais		26.870	27.299	27.858	29.167
Impostos a recuperar	9	111.648	83.585	116.239	88.995	Participações nos lucros e resultados		33.127	31.010	42.812	33.003
Instrumento financeiros derivativo	5	5.709	-	5.709	-	Impostos e contribuições a recolher		38.165	37.670	40.151	39.279
Outras ativos	10	92.450	77.389	95.795	82.844	Imposto de renda e contribuição social a recolher		4	4	4	4
Total do ativo circulante		<u>1.794.422</u>	<u>1.752.944</u>	<u>1.874.665</u>	<u>1.901.533</u>	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		37.295	19.988	37.295	19.988
						Instrumento financeiros derivativo - PC		-	6.920	-	6.920
						Obrigação na aquisição de investimentos		-	6.451	-	6.451
						Outros passivos	18	208.197	138.042	249.102	144.788
						Arrendamento mercantil	13	1.342	4.780	1.637	5.016
						Total do passivo circulante		<u>835.996</u>	<u>1.075.884</u>	<u>932.202</u>	<u>1.113.417</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	16	1.372.806	1.185.441	1.389.362	1.185.441
Depósitos judiciais	17	1.024	1.353	1.024	1.353	Provisão para contingências	17	6.322	5.286	6.322	5.285
Impostos a recuperar	9	5.424	5.981	5.447	6.004	Participações nos lucros e resultados		8.141	8.141	-	8.425
Outras ativos	10	133.239	77.490	133.239	75.990	Instrumento financeiros derivativo	5	1.525	96.639	1.525	96.639
Imposto de renda diferido ativo	19.b)	15.396	73.578	15.396	73.578	Arrendamento mercantil	13	8.634	18.895	8.962	19.506
Total do realizável a longo prazo		<u>155.083</u>	<u>158.402</u>	<u>155.106</u>	<u>156.925</u>	Obrigação na aquisição de investimentos	11	53.579	82.002	53.579	82.002
						Outras contas a pagar	18	1.475	1.962	1.477	1.969
Investimentos	11	80.683	185.945	54.930	17.563	Total do passivo não circulante		<u>1.452.482</u>	<u>1.398.365</u>	<u>1.461.227</u>	<u>1.399.267</u>
Imobilizado e direito de uso	12	757.639	698.192	802.270	752.335	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Intangível	14	92.217	94.896	98.296	102.146	Capital social	20	184.981	183.897	184.981	183.897
Total do ativo não circulante		<u>930.539</u>	<u>979.033</u>	<u>955.496</u>	<u>872.044</u>	Reserva de capital	20	272.504	(49.450)	272.504	(49.450)
						Reserva de lucros	20	89.381	238.626	76.260	238.626
						Ajuste de avaliação patrimonial	20	45.184	44.081	45.184	44.081
						Ações em Tesouraria	20	(484)	(1.025)	(484)	(1.025)
						Total atribuível aos acionistas da Companhia		591.566	416.130	578.445	416.130
						Participação não controladores em controladas		-	-	13.393	1.688
								<u>591.566</u>	<u>416.130</u>	<u>591.838</u>	<u>417.817</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>2.880.044</u>	<u>2.890.378</u>	<u>2.985.267</u>	<u>2.930.502</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.880.044</u>	<u>2.890.378</u>	<u>2.985.267</u>	<u>2.930.502</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	21	2.238.564	2.040.641	2.321.234	2.146.427
Custo das vendas	22	(1.426.819)	(1.287.521)	(1.481.826)	(1.363.599)
Lucro bruto		811.745	753.120	839.407	782.828
Despesas gerais e administrativas	22	(285.418)	(249.729)	(304.706)	(273.437)
Despesas com vendas	22	(193.613)	(158.267)	(196.026)	(158.902)
Resultado de equivalência patrimonial		(9.908)	2.141	383	(93)
Outras receitas (despesas) operacionais	22	(21.962)	(51.185)	(24.782)	(80.098)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		300.843	296.080	314.276	270.298
Receitas financeiras	23	44.277	32.065	45.742	38.045
Despesas financeiras	23	(217.161)	(149.390)	(218.712)	(155.870)
Variações cambiais líquidas	23	181.594	(249.514)	169.085	(223.423)
Resultado financeiro		8.710	(366.839)	(3.885)	(341.248)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		309.553	(70.759)	310.391	(70.950)
Imposto corrente	19	(38.237)	(57.376)	(40.490)	(57.998)
Imposto diferido	19	(58.229)	89.556	(58.229)	88.111
Imposto de renda e contribuição social		(96.466)	32.180	(98.719)	30.113
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		213.087	(38.579)	211.672	(40.837)
Atribuíveis a:					
Atribuível aos controladores		213.087	(38.579)	199.967	(38.579)
Atribuível aos não controladores		-	-	11.705	(2.258)
Resultado por ação:					
Resultado por ação - básico (em R\$)		7,34	(1,33)	6,89	(1,33)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FÍNDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	213.087	(38.579)	211.672	(40.837)
Ajuste acumulado de conversão - controladas	1.103	10.268	1.103	10.268
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES	<u>214.190</u>	<u>(28.311)</u>	<u>212.775</u>	<u>(30.569)</u>
Atribuíveis a:				
Atribuível aos controladores	214.190	(28.311)	214.190	(28.311)
Atribuível aos não controladores	-	-	(1.415)	(2.258)
	<u>214.190</u>	<u>(28.311)</u>	<u>212.775</u>	<u>(30.569)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Reserva de lucros								Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Legal	Reserva estatutária	Reserva de Incentivo fiscal	Retenção de lucros					
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2024		183.897	(866)	(49.609)	29.205	183.897	52.383	39.496	33.906	-	472.309	3.945	476.254
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	(38.579)	(38.579)	(2.258)	(40.837)
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	-	-	10.268	-	10.268	-	10.268
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		-	-	-	-	-	-	-	10.268	(38.579)	(28.311)	(2.258)	(30.569)
Contribuições dos acionistas:													
Plano de opção de ações		-	-	159	-	-	-	-	-	-	159	-	159
Recuperação de ações em tesouraria		-	(159)	-	-	-	-	-	-	-	(159)	-	(159)
Realização de reserva de reavaliação		-	-	-	-	-	-	-	(92)	-	(92)	-	(92)
Destinações dos lucros:													
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	(27.777)	-	-	-	-	(27.777)	-	(27.777)
Retenção de lucros		-	-	-	-	(38.579)	-	-	-	38.579	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		183.897	(1.025)	(49.450)	29.205	117.541	52.383	39.496	44.081	-	416.129	1.687	417.816
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	213.087	199.967	11.705	211.672
Ajuste acumulado de conversão		-	-	-	-	-	-	-	1.103	-	1.103	-	1.103
Total dos resultados abrangentes, líquidos de impostos		-	-	-	-	-	-	-	1.103	213.087	201.070	11.705	212.775
Contribuições dos acionistas:													
Aumento de capital	20	1.084	-	323.916	-	-	-	-	-	-	325.000	-	325.000
Ágio na emissão de ações	20	-	-	(166)	-	-	-	-	-	-	(166)	-	(166)
Recuperação de ações em tesouraria	20	-	541	(842)	-	-	-	-	-	-	(301)	-	(301)
Destinações dos lucros:													
Distribuição de dividendos referente ao ano anterior	20	-	-	-	-	(86.685)	-	(32.659)	-	-	(119.344)	-	(119.344)
Distribuição de dividendos referente ao exercício	20	-	-	-	-	(205.656)	-	-	-	-	(205.656)	-	(205.656)
Juros sobre capital próprio	20	-	-	-	-	(38.287)	-	-	-	-	(38.287)	-	(38.287)
Retenção de lucros	20	-	-	-	6.837	213.087	-	(6.837)	-	(213.087)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		184.981	(484)	273.458	36.042	-	52.383	-	45.184	-	578.445	13.392	591.837

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024
(Valores em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado líquido antes do imposto de renda e contribuição social:		309.553	(70.759)	310.391	(70.949)
Ajustes para reconciliar o lucro:					
Depreciação e amortização	12	90.427	75.610	94.120	86.426
Amortização de direito de uso em arrendamento mercantil	14	12.865	14.170	13.005	14.437
Ajuste valor presente de arrendamento	13	1.448	1.916	1.498	1.976
Resultado da venda/baixa de ativos imobilizado	12 e 14	3.197	2.683	12.729	9.226
Constituição (reversão) para perda créditos de liquidação duvidosa	7	30.674	5.075	30.527	4.385
Constituição de provisão (reversão) para contingência	17	1.493	(15.385)	1.493	(15.385)
Provisão para perda de estoques	8	(1.511)	2.374	(1.523)	6.413
Provisão de participação nos lucros e resultados	22	36.430	35.790	36.713	35.929
Resultado de equivalência patrimonial		9.908	(2.141)	(384)	94
Juros, atualização, variação cambial e monetária	16	14.314	328.583	14.314	336.554
Reversão de provisão de "earnout"		41.203	-	41.203	-
Outros		(1.154)	-	(1.154)	-
		<u>548.847</u>	<u>377.916</u>	<u>552.932</u>	<u>409.106</u>
Variação nos ativos e passivos operacionais:					
Contas a receber de clientes	7	114.126	(133.837)	69.172	(170.255)
Estoques	8	(112.863)	(130.779)	(106.309)	(121.133)
Tributos a recuperar	19	(27.506)	(24.399)	(26.688)	(16.092)
Partes relacionadas	24	-	115.481	-	-
Outras ativos e depósitos judiciais	10	(70.480)	(32.963)	(64.567)	(32.116)
Fornecedores e outras contas a pagar	15	46.415	115.426	(7.744)	134.748
Impostos e contribuições a recolher		495	26.074	871	12.896
Salários e encargos sociais		428	(21.118)	(36.637)	(19.769)
Obrigação na aquisição de investimentos	11	(34.874)	4.099	(34.874)	4.099
Instrumentos financeiros derivativos	5	(107.743)	172.387	(107.743)	172.387
Outras contas a pagar	18	<u>69.669</u>	<u>29.349</u>	<u>102.866</u>	<u>24.543</u>
		<u>426.515</u>	<u>497.636</u>	<u>341.280</u>	<u>398.415</u>
Juros pagos					
Juros pagos com empréstimos	16	(99.072)	(125.744)	(100.227)	(127.391)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(38.237)</u>	<u>(57.635)</u>	<u>(40.490)</u>	<u>(58.257)</u>
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerados pelas atividades operacionais		<u>289.205</u>	<u>314.257</u>	<u>200.562</u>	<u>212.767</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	12, 13 e 14	(159.783)	(138.208)	(178.983)	(143.577)
Pagamento por aquisição de controladas	3.2	(2.760)	-	(2.760)	-
Caixa de empresa adquirida	3.2	413	-	413	-
Aumento de capital nas investidas		(1.943)	(26.869)	-	(6.026)
Pagamento de obrigação de aquisição de investimento		-	(7.496)	-	(7.496)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários		<u>(68.259)</u>	<u>-</u>	<u>(62.347)</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		<u>(232.333)</u>	<u>(172.574)</u>	<u>(243.677)</u>	<u>(157.098)</u>
FLUXO DE CAIXA DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos	16	839.522	801.713	839.522	801.713
Amortização de empréstimos	16	(833.707)	(572.516)	(837.400)	(595.627)
Direito de uso - contraprestação paga	13	(18.618)	(16.518)	(18.933)	(16.822)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20	<u>(20.980)</u>	<u>(14.655)</u>	<u>(20.980)</u>	<u>(14.658)</u>
Caixa (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento		<u>(33.784)</u>	<u>198.024</u>	<u>(37.791)</u>	<u>174.607</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>23.088</u>	<u>339.704</u>	<u>(80.905)</u>	<u>230.276</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 1º DE JANEIRO		669.851	330.147	801.834	571.559
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO		692.940	669.851	720.929	801.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA NITRO QUÍMICA BRASILEIRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024

(Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nitro Química Brasileira (“Companhia” ou “Nitro”), empresa com mais de 85 anos de existência e sediada na Avenida Doutor José Artur Nova, nº 951 - São Miguel Paulista na cidade de São Paulo, Brasil; empresa multinacional brasileira, de capital fechado, com presença tanto no Brasil como no exterior, atua em atividades preponderantes como a produção e comercialização de produtos químicos em dois principais segmentos - Químicos e Agronegócios.

Com mais de oito décadas de atuação, a Companhia Nitro Química Brasileira (“Nitro” ou “Companhia”) se orgulha em ser pioneira na criação da indústria química moderna no Brasil e referência em seu setor de atuação, sendo uma das principais produtoras de nitrocelulose no mundo.

Atualmente a Companhia é formada por 2 principais segmentos: Químicos (majoritariamente representado por Especialidades Químicas, e também composto por Químicos Industriais) e Agronegócio. Estes dois segmentos têm atuação em diversos setores de mercado como embalagens flexíveis, cosméticos, madeira, repintura automotiva, couro, papel e celulose, sucroalcooleiro, farmacêutico, fertilizantes, nutrição e fisiologia vegetal e nutrição animal. Atende com excelência clientes em mais de 70 países, a partir de seis unidades produtivas no Brasil, Uruguai e Estados Unidos, com centros de distribuição na França, Itália e Holanda.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como “Grupo” e individualmente como “controladas”, descritas na nota explicativa nº 3.1.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Administração em 9 de abril de 2026. Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa nº 4.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, conforme descrito nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da controladora e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo é o real. No caso das demonstrações financeiras de um grupo, deve ser enfatizado que não existe uma moeda funcional do grupo, e sim uma moeda de apresentação. Cada entidade incluída nas demonstrações financeiras consolidadas tem sua própria moeda funcional, que deve ser convertida para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações são apresentadas em milhares de reais (R\$) e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 - Gestão de Risco Financeiro (5.4. Política de “hedge”).
- Nota explicativa nº 7 - Provisão para perdas de crédito esperada;
- Nota explicativa nº 8 - Provisão para valor realizável dos estoques;
- Notas explicativas nº 12 e nº 14 - Vida útil dos bens do ativo imobilizado e do intangível;
- Nota explicativa nº 17 - Provisão para contingências;
- Nota explicativa nº 19 - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

3. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO

3.1. Empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e controladas em conjunto.

	Participação no capital (%)			
	Tipo de participação	2025	Tipo de participação	2024
<u>Controladas</u>				
Nitro Química GmbH (a)	Direta	100	Direta	100
Nitro Química Corporation (b)	Direta	100	Direta	100
Promak S.A (c)	Direta	100	Direta	100
NBT (e)	Direta	100	Direta	51
Nitro Paraguay S.A (g)	Direta	100	Direta	100
<u>Controlada em conjunto</u>				
Vivus S.A. (d)	Direta	20	Direta	20
Bem da Terra S.A (f)	Direta	25	Direta	25

(a) Nitro Química GmbH - Áustria

A Nitro Química GmbH foi constituída em fevereiro de 2016, domiciliada na Áustria, cujo capital é 100% de titularidade da Companhia, e tem por objetivo social comercialização, intermediação, exportação, importação e prestação de serviços relacionados a produtos químicos.

Em novembro de 2023, a Companhia decidiu pelo encerramento das atividades da subsidiária, como parte de sua estratégia de aumento de eficiência operacional. As operações foram efetivamente descontinuadas ao longo de 2024 e, na presente data, a entidade encontra-se em processo formal de encerramento societário (“winding-up process”) perante as autoridades austríacas.

O encerramento da subsidiária não acarreta redução das operações do Grupo, uma vez que as atividades anteriormente desempenhadas pela Nitro Química GmbH passaram a ser conduzidas diretamente pela controladora.

(b) Nitro Química Corporation - EUA

A Nitro Química Corporation (“Nitro Corp”), sociedade com sede em Delaware, cujo capital é 100% de titularidade da Companhia, foi constituída em 16 de setembro de 2016, tendo como finalidade a aquisição de negócios, bens, direitos, ativos ou operação nos Estados Unidos, direta ou indiretamente relacionados às atividades desenvolvidas pela Companhia.

(c) Promak S.A - Uruguai

A Promak S.A (“Promak”), sociedade com sede em Montevidéu, no Uruguai, cujo 100% do capital foi adquirido pela Companhia, em 30 de março de 2017, tendo como objetivo social comercialização, intermediação, exportação, importação e prestação de serviços relacionados a produtos químicos.

(d) Vivus Agro Defensivos Agrícolas S.A. (“Vivus”)

A Vivus, sociedade anônima, com sede na Rua Elvira Dal Picolo Degaspari, Piracicaba - Estado de São Paulo, foi constituída em 2021 para a produção de Telenomus (parasitoide de ovos). Em 10 de julho de 2023, como parte da estratégia de ingresso no mercado de biológicos, foi anunciada a parceria comercial para desenvolvimento, produção e comercialização de Agentes Biológicos. A Companhia ingressou na parceria com subscrição de novas ações ordinárias nominativas (543.821 ações) pelo montante de R\$12.000, de modo que a Nitro passou a ser detentora de 20% das ações representativas do capital social total da empresa Vivus, sem obtenção de controle.

(e) NBT S.A (“NBT”)

A NBT, sociedade anônima com sede na cidade de Patos de Minas - Estado de Minas Gerais, foi constituída em 7 de agosto de 2023 a partir de uma parceria entre a Companhia e a LV Biotecnologia Ltda., no contexto da estratégia da Nitro de ingresso no mercado de biológicos. Na ocasião, a Companhia realizou investimento no valor de R\$8.301, obtendo participação inicial de 51% do capital social da NBT, com consequente obtenção de controle e influência significativa sobre a nova sociedade. A NBT tem como objetivo principal a fabricação de fungos e bactérias voltados ao desenvolvimento e comercialização de defensivos agrícolas biológicos.

Em 20 de maio de 2025, dando continuidade à estratégia de consolidação no segmento de biológicos, a Nitro adquiriu os 49% remanescentes das ações da NBT por R\$2.759, passando a deter 100% do capital social da empresa. Com essa operação, a Companhia passou a consolidar integralmente as operações da NBT em suas demonstrações financeiras.

(f) Bem da Terra S.A (“NBT”)

A Bem da Terra, sociedade anônima, com sede na cidade de Pato de Minas - Estado de Minas Gerais. Com intuito de fortalecer o portfólio no mercado de biológicos, a companhia celebrou um contrato para aquisição de 20% da Bem da Terra, que tem como objetivo principal a fabricação de fungos e bactérias para desenvolvimento e comercialização de defensivos agrícolas biológicos. A Nitro realizou investimento no valor de R\$6.000, e terá a participação constituída de 20% das ações representativas do capital social total da Bem da Terra.

(g) Nitro Paraguay (“Paraguay”)

A Nitro Química Paraguay, sociedade com sede em Asunción, no Paraguai. Seguindo a estratégia de fortalecer o mercado agro, decidiu-se expandir para a região da América Latina devido a oportunidade de mercado, com isso, em 4 de janeiro de 2024, a Companhia realizou o registro de Entidade Comercial para constituir uma nova empresa denominada Nitro Paraguay. A Companhia realizou investimento no valor de R\$26, com o objetivo principal de realizar vendas via representantes comerciais.

3.2. Combinação de negócios - NBT

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1.(e) em 20 de maio de 2025 a Nitro, adquiriu a participação societária remanescente de 49% da NBT S.A (“NBT”), passando a ser titular de 100% das ações representativas da controlada. Abaixo demonstramos o valor pago pela aquisição e os impactos contábeis, assim como os ativos adquiridos e passivos assumidos e correspondentes alocações do valor de aquisição: CONTRAPRESTAÇÃO TRANSFERIDA

	<u>2025</u>
Caixa	2.759
Total da contraprestação transferida	<u>2.759</u>

a) Ágio

	<u>2025</u>
Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	5.058
Investimento - Aquisição adicional dos 49%	2.478
Preço de aquisição (contraprestação transferida/a transferir)	<u>2.760</u>
Ágio na Aquisição das cotas remanescentes NBT	<u>281</u>

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

4.1. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Companhia e de suas controladas, demonstradas na nota explicativa nº 3.1.

i) Controladas

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e têm a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre ela. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 estão incluídos nas demonstrações de resultados, observada a data em que o controle se inicia. Os exercícios sociais e períodos de encerramentos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as práticas e políticas contábeis materiais foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial.

ii) Perda de controle

Quando da perda de controle, o Grupo desreconhece os ativos e passivos da controlada, bem como qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Grupo não verificou qualquer operação que resultasse em perda de controle de subsidiárias.

4.2. Combinações de negócio e ágio

As combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida após avaliação do valor justo do patrimônio da adquirida e a participação de não controladores. Custos relacionados com aquisição são contabilizados como despesa conforme incorridos. Ao adquirir um negócio, os ativos e passivos financeiros assumidos são avaliados com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos da adquirida.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo serão reconhecidas de acordo com o CPC 48 na demonstração do resultado.

Inicialmente, o ágio é mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso a contraprestação seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data da aquisição, alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) da Companhia que se espera sejam beneficiadas pela combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas unidades, considerando os segmentos de negócios definidos pela Administração.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio relacionado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação na apuração do ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado deverá ser apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

4.3. Transação em moeda estrangeira

i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional e de apresentação à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças resultantes da conversão das transações em moedas estrangeiras para moeda de apresentação são geralmente reconhecidas no resultado. No entanto, as diferenças cambiais resultantes da reconversão de um “hedge” de fluxos de caixa são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

ii) Operações no exterior

As demonstrações financeiras das controladas sediadas no exterior são convertidas para o real por meio dos seguintes procedimentos:

- (a) Ativos e passivos, convertidos utilizando a taxa de câmbio no encerramento do exercício.
- (b) Patrimônio líquido inicial será o patrimônio líquido final do período anterior.
- (c) Receitas e despesas, convertidas pelas taxas cambiais em vigor nas datas das transações, ou quando possível, pela taxa média de câmbio de cada período.

As diferenças geradas na conversão de moedas estrangeiras para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

4.4. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial, exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado.

i) Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: (a) custo amortizado; (b) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (c) valor justo por meio do resultado.

a) Custo amortizado

Um ativo financeiro deve ser mensurado a custo amortizado se o objetivo do modelo de negócio é manter os ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais até o final do contrato, constituídos exclusivamente de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros não derivativos mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente, de pagamentos de principal e juros, quanto pela venda de ativos financeiros.

c) Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado, caso não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

d) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como: (a) passivos financeiros ao custo amortizado; e (b) valor justo por meio do resultado.

a) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros classificados como ao custo amortizado são aqueles cujo fluxo de caixa contratuais são, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro, e para alocar as despesas de juros durante o período correspondente.

b) Valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros classificados como ao valor justo por meio do resultado são aqueles mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado. Mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

c) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado

Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de “hedge”; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de “hedge”.

Classificação de instrumentos financeiros passivos e instrumentos patrimoniais

A Companhia também possui contratos que possuem componentes de instrumentos patrimoniais e instrumentos financeiros, sendo estes componentes classificados separadamente de acordo com suas características contratuais. Os instrumentos patrimoniais são mensurados ao custo histórico e os instrumentos financeiros derivativos pelo valor justo por meio do resultado.

Análise de recuperabilidade dos ativos financeiros

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nos históricos e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito esperadas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- (a) Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço.
- (b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

4.5. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“impairment”)

i) Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, incluindo saldos de estoques, imobilizado, intangível (exceto ágio) e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado e uma provisão é registrada. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente, usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma “pro rata”. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em linha com o plano de revisão estratégica de negócio da Companhia, que tem como pilar principal a busca contínua por eficiência operacional, em 2023 a Nitro remodelou o seu estudo de “impairment” e passou a analisar separadamente o segmento de negócio agro e as empresas Nitro Corp e Promak. O estudo, que antes definia cada empresa do grupo como uma unidade geradora de caixa (UGC) foi revisado considerando a eficiência sinérgica intensificada através da integração entre as empresas que formam a linha de negócios agro. Desta forma, foi realizado teste de “impairment” sobre três unidades geradoras de caixa, com fluxos de caixa independentes, UGC agro, UGC Promak e UGC Nitro Corp.

4.6. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos, mercadorias ou de serviços e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos acrescidos de variações cambiais. Quando aplicável, o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de curto prazo é calculado e registrado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos saldos. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperada.

4.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. O custo dos produtos acabados e dos produtos em processamento compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e indiretos de produção. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

4.9. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

As controladas sediadas no Brasil, tem seus tributos calculados e provisionados de acordo com a legislação vigente e seu regime tributário específico, incluindo, em alguns casos, o lucro presumido. As controladas sediadas no exterior, são sujeitas à tributação de acordo com as legislações fiscais de cada país.

Os créditos tributários diferidos decorrentes de adições temporárias são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável, tendo como base o histórico de rentabilidade e as projeções de resultados futuros.

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, a menos que esteja relacionado à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a ser pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro, ou o prejuízo tributável, nem o resultado contábil.
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

4.10. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Reparos e gastos com manutenção são apropriados ao resultado no período de competência.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	4 a 30
Máquinas e equipamentos (grande porte)	20 a 30
Máquinas e equipamentos (pequeno porte)	2 a 5
Veículos	5
Móveis e utensílios	10 a 30
Equipamentos de informática	3 a 15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para “impairment” de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e suas controladas e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado.

Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

4.11. Ativos intangíveis

i) Reconhecimento e mensuração

Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii) Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados.

A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Atualmente o Grupo tem apenas gastos com software os quais foram totalmente amortizados. O ágio não é amortizado.

4.12. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os fornecedores são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

4.13. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.14. Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, para as quais seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão ao fim de cada exercício é a melhor estimativa para liquidar a obrigação, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4.15. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

a) Obrigações de aposentadoria

A Companhia participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

A Companhia tem planos de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições a entidades fechadas de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias.

As contribuições regulares são reconhecidas como despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou contribuições no montante de R\$1.442 (R\$1.252 em 31 de dezembro de 2024).

b) Participação nos lucros

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado do exercício.

c) Plano de remuneração de longo prazo

A Companhia possui plano de remuneração de longo prazo, para determinados executivos e membros chave da administração referente a bônus de retenção, que é resgatado após dois anos da aquisição do direito a remuneração, e consiste em um bônus oferecido pela Companhia para recompensar o beneficiário que permaneça pelo tempo acordado no plano.

4.16. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Alguns executivos da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, mediante celebração de um contrato entre a Companhia e cada participante. O plano de pagamento baseado em ações foi criado como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos participantes à Companhia.

Foram pactuados dois tipos de acordo, sendo (i) “Restricted Stock Units” (“RSU”), em que não há custos ao outorgado e que pode ser outorgado em até 20% do total de concessões de ações outorgadas e (ii) “Stock Options” (“SOP”) em que há custos ao outorgado.

A valorização das ações será calculada considerando o EBITDA médio dos 3 últimos exercícios, menos a dívida líquida, havendo também redução no método de cálculo em caso de saída antecipada. A volatilidade é determinada ao final de cada exercício, considerando os resultados médios realizados para o EBITDA.

4.17. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (a) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e os montantes envolvidos puderem ser mensurados com suficiente segurança. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (b) passivos contingentes são provisionados na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Quando a expectativa de perda nesses processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados;(c) obrigações legais são registradas como exigíveis.

4.18. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador. A seguir, estão detalhados os procedimentos de reconhecimento de receita do Grupo:

a) Venda de produtos

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas:

- Identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente.
- Identificação das obrigações de desempenho contratadas.
- Determinação do preço da transação.
- Alocação do preço às obrigações de desempenho.
- Reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas.

Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. Em geral, as receitas pela venda de produtos são reconhecidas quando de sua entrega ao transportador e/ou cliente, caracterizando o cumprimento da obrigação de desempenho dos contratos.

b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

4.19. Arrendamentos

A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses arrendamentos, a Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, que não são pagos na data de início, sem considerar a inflação futura projetada, descontados aplicando-se a taxa incremental nominal de captação (taxa de desconto). De acordo com alguns contratos de arrendamentos, os fluxos de pagamentos futuros são indexados por índices inflacionários; entretanto, para fins contábeis de apuração do passivo de arrendamento a Companhia não considera a inflação futura projetada ou outro tipo de reajuste de preço futuro.

A Companhia utiliza a taxa incremental nominal de captação pois as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros não podem ser prontamente determinadas.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem os pagamentos fixos de arrendamento.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que o prazo de arrendamento for alterado ou o preço é reajustado (por exemplo: reajuste anual com base em índice inflacionário ou outro índice de reajuste).

4.20. Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro - ICPC 22/IFRIC 23

A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Ao avaliar se o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável, a Companhia assume que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas. Se a Companhia concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a Companhia reflete o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável considerando o valor mais provável. O reconhecimento do efeito da incerteza para tratamentos fiscais incertos, são reconhecidas como obrigações legais na rubrica de impostos e contribuições a recolher no passivo não circulante e a contrapartida na rubrica de imposto de renda e contribuição social correntes.

A Companhia realizou a análise em 2025 e entende que não há qualquer divulgação complementar a ser feita nas demonstrações financeiras da Companhia bem como em suas notas explicativas, decorrentes da aplicação das normas do IFRIC 23/ ICPC 22.

4.21. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

4.22. Adoção das IFRS novas e revisadas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia avaliou as alterações às IFRSs emitidas pelo IASB, que são obrigatoriamente válidas para um período que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2025. Tais normas não tiveram impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade

As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, afirmando que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período de tempo que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações executáveis. A alteração à norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- b) OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO₂e), Permissões de emissão (“allowances”) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

A Orientação Técnica OCPC 10, aprovada pela Resolução CVM 223/24, estabelece diretrizes contábeis para o reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono, permissões de emissão (“allowances”) e Créditos de Descarbonização (CBIO) no Brasil. Essas diretrizes devem ser rigorosamente seguidas em todas as fases, desde a origem, negociação e aquisição dos créditos até o seu uso para cumprimento das metas de descarbonização, incluindo a sua aposentadoria. Além disso, a Orientação também trata dos passivos associados, que podem decorrer tanto de obrigações legais quanto de acordos não formalizados, conforme definido no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Esta orientação não teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- c) Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu alterações ao pronunciamento técnico CPC 18 (R3) e à interpretação técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

4.23. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Administração não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis.

- a) Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição na forma de ativos entre um investidor e sua coligada ou controlada em conjunto

Ainda sem data de vigência definida pelo IASB, as alterações à IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 - Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto tratam de eventuais ganhos e perdas decorrentes da perda de controle de uma controlada que envolvam a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Como não existe data de vigência, a Companhia ainda está avaliando os potenciais impactos desta alteração.

- b) Alterações à IFRS 18/CPC 51 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

A IFRS 18/CPC 51 substitui a IAS 1/CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, buscando aprimorar a apresentação do desempenho das entidades na demonstração de resultado, transportando diversas das exigências na IAS 1/CPC 26 (R1)/não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação.

A IFRS 18/CPC 51 apresenta novas exigências para:

- Apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado.
- Apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (“MPMs”) nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

- Melhorias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações.

A Companhia deve aplicar a IFRS 18 / CPC 51 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. A Administração está avaliando os potenciais impactos que esta nova norma trará, incluindo impactos sistêmicos para capturar as novas exigências da IFRS 18.

c) Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - IFRS 19

O IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.

A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis IFRS.

A IFRS 19 é opcional para subsidiárias elegíveis e descreve as exigências de divulgação para subsidiárias que optam por aplicá-la.

A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

d) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

As alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40), emitidas pelo IASB, refinam a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, com foco em pagamentos eletrônicos, características ESG em empréstimos e instrumentos sem recurso. Entre as principais mudanças, destaca-se:

- Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica.
- Classificação de ativos financeiros: Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo e ativos financeiros com características “non-recourse”; instrumentos contratualmente vinculado.
- Divulgações: Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes e termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia continua avaliando os potenciais impactos destas alterações, e não espera que tenham impactos materiais.

e) Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais

As alterações propostas ao IFRS 9 e IFRS 7 - Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração dependente de condições naturais, visam aprimorar a transparência e facilitar a compreensão das implicações financeiras dos contratos de eletricidade renovável, permitindo uma tomada de decisão mais informada sobre o impacto desses contratos no desempenho financeiro. As principais alterações são:

Alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

- Uso Próprio (“Own Use”) - As alterações esclarecem como os contratos de compra de eletricidade gerada por fontes variáveis (solar, eólica) podem atender aos critérios de “uso próprio” (exceção de não contabilização pelo valor justo) mesmo quando a geração é intermitente e dependente de condições climáticas.

- Contabilidade de “Hedge” - Os requisitos de contabilidade de “hedge” no IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de “hedge”; para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de “hedge”, desde que critérios específicos sejam atendidos; e para mensurar o item objeto de “hedge” utilizando as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de “hedge”.

Alterações ao IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e ao IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação

- O IFRS 7 e o IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada.

As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação antecipada. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. As alterações aos requisitos de contabilidade de “hedge” devem ser aplicadas prospectivamente a novas relações de “hedge” designadas a partir da data da adoção inicial

f) Alterações ao IAS 21 - Tradução para Moeda de Apresentação Hiperinflacionária

Em 13 de novembro de 2025, o IASB emitiu as alterações à norma IAS 21 que têm como objetivo reduzir a diversidade de práticas e melhorar a utilidade das informações quando uma entidade apresenta suas demonstrações financeiras em uma moeda de apresentação classificada como hiperinflacionária. As alterações são efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. A Administração concluiu que não há impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

g) Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11

Em julho de 2024, o IASB emitiu nove alterações de escopo limitado como parte da sua manutenção periódica das Normas Contábeis IFRS. As alterações incluem esclarecimentos, simplificações, correções ou modificações destinadas a melhorar a consistência das seguintes normas: IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (equivalente ao CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade), IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação) e sua Orientação para Implementação da IFRS 7, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (equivalente ao CPC 48 - Instrumentos Financeiros), IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (equivalente ao CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas) e IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa). Em convergência com essas atualizações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC deverá refletir tais mudanças em futuras revisões dos seguintes pronunciamentos técnicos correspondentes. As alterações terão efeito para os períodos de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2026. É permitida a adoção antecipada, que deve ser divulgada. As alterações não são esperadas para ter impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (taxa de câmbio e taxa de juros); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Os produtos vendidos pela Companhia são predominantemente denominados em moeda estrangeira. Alguns custos e investimentos em ativos são denominados em moeda estrangeira. Adicionalmente, a Companhia possui dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem impactar seu fluxo de caixa.

O processo de gestão de riscos de mercado tem por objetivo a proteção do fluxo de caixa da Companhia contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de taxas de câmbio, e taxas de juros. A governança e as macro diretrizes desse processo estão definidas na política de gestão de riscos de mercado.

a) Risco de mercado

i) Risco cambial

O grupo está exposto ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominadas, e as respectivas moedas funcionais do Grupo.

Para gerir o risco de variação cambial a Companhia estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações das moedas estrangeiras que impactam o fluxo de caixa. As moedas funcionais do Grupo são basicamente o real (R\$), o dólar norte-americano (USD) e o euro (€).

A estratégia de gerenciamento de riscos cambiais pode envolver o uso de instrumentos financeiros derivativos para minimizar a exposição cambial da Companhia.

O real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e todos os esforços do processo de gestão de riscos de mercado têm como objetivo a proteção do fluxo de caixa nessa moeda, a preservação da capacidade de pagamento de obrigações financeiras e a manutenção de níveis de liquidez e endividamento adequados.

ii) Risco com taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas fixas e variáveis expõem ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A Companhia estabelece diretrizes e normas para a proteção contra oscilações de taxas de juros que impactam o fluxo de caixa. As exposições a cada indexador de taxa de juros (principalmente CDI, LIBOR, SOFR) são projetadas até o fim da vigência dos ativos e passivos atrelados a tais indexadores.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros CDBs/FIC e outros geram exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas como bancos de primeira linha.

No caso do risco de crédito decorrente de exposições de crédito a clientes, a Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores e, adicionalmente, define limites individuais de crédito, os quais são regularmente monitorados. A Companhia reconhece provisão para deterioração do saldo a receber de clientes (“provisão para perdas de crédito esperada”) para fazer face a este risco.

A provisão para deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a composição por classe de vencimento dos saldos para os quais não foram reconhecidas provisões para perdas por redução de valor recuperável era a seguinte:

Risco de crédito	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Exposição ao risco de crédito:				
Caixa e equivalentes de caixa	692.940	669.851	720.929	801.834
Contas a receber de clientes	381.281	526.081	409.641	509.340
Mútuo	-	-	-	-
	<u>1.074.221</u>	<u>1.195.933</u>	<u>1.130.571</u>	<u>1.311.174</u>
Vencimentos dos recebíveis				
Saldos vencidos:				
Até 30 dias	17.057	36.251	17.232	36.426
De 31 a 90 dias	8.873	11.597	9.074	11.798
Acima de 90 dias	<u>58.609</u>	<u>18.151</u>	<u>58.729</u>	<u>18.271</u>
Total vencidos	84.539	65.999	85.035	66.495
Total a vencer	<u>336.305</u>	<u>468.704</u>	<u>365.195</u>	<u>452.907</u>
Total recebíveis	420.844	534.703	450.230	519.402
Provisão para perdas de crédito esperadas	<u>(39.563)</u>	<u>(8.622)</u>	<u>(40.589)</u>	<u>(10.062)</u>
Total	<u>381.281</u>	<u>526.081</u>	<u>409.641</u>	<u>509.340</u>

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando a garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia no prazo e sem custo adicional. O principal instrumento de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A tabela abaixo analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

Maturidades de passivos financeiros	Valor contábil	Controladora - 2025				
		Fluxo de caixa futuro, incluindo juros	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	1.592.685	1.930.831	141.028	175.894	580.837	1.033.072
Fornecedores	271.117	271.117	271.117	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	37.295	37.295	37.295	-	-	-
Passivos de arrendamento	9.976	27.865	7.150	6.574	7.777	6.363
Obrigações na aquisição de investimentos	48.276	128.425	4.821	-	1.368	122.236
Outros passivos	209.673	209.673	-	208.197	1.477	-
	<u>2.169.023</u>	<u>2.605.206</u>	<u>461.412</u>	<u>390.665</u>	<u>591.458</u>	<u>1.161.671</u>

Consolidado - 2025						
	Valor contábil	Fluxo de caixa futuro, incluindo juros	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Maturidades de passivos financeiros						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	1.609.241	1.950.414	141.554	176.420	581.889	1.050.551
Fornecedores	313.465	313.465	313.465	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	37.295	37.295	37.295	-	-	-
Passivos de arrendamento	10.599	28.767	7.300	6.724	8.077	6.666
Obrigação na aquisição de investimentos	48.276	128.424	4.820	-	1.368	122.236
Outros passivos	253.338	253.338	-	251.862	1.477	-
	<u>2.272.215</u>	<u>2.711.703</u>	<u>504.434</u>	<u>435.006</u>	<u>592.811</u>	<u>1.179.452</u>
Controladora - 2024						
	Valor contábil	Fluxo de caixa futuro, incluindo juros	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Maturidades de passivos financeiros						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos e financiamentos	1.671.629	1.946.865	303.360	260.737	602.421	780.346
Fornecedores	317.532	317.532	317.532	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.988	19.988	19.988	-	-	-
Passivos de arrendamento	23.675	27.865	7.150	6.724	7.777	6.363
Obrigação na aquisição de investimentos	88.453	130.245	6.451	-	1.558	122.236
Outros passivos	140.003	140.003	-	138.042	1.962	-
	<u>2.261.280</u>	<u>2.582.498</u>	<u>654.481</u>	<u>405.353</u>	<u>613.718</u>	<u>908.945</u>
Consolidado - 2024						
	Valor contábil	Fluxo de caixa futuro, incluindo juros	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos
Maturidades de passivos financeiros						
Passivos financeiros não derivativos:						
Empréstimos	1.693.033	1.969.322	305.497	281.057	602.421	780.346
Fornecedores	321.208	321.208	321.208	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.988	19.988	19.988	-	-	-
Passivos de arrendamento	24.522	28.767	7.300	6.724	8.077	6.666
Obrigação na aquisição de investimentos	88.453	130.245	6.451	-	1.558	122.236
Outros passivos	146.757	146.750	-	144.788	1.962	-
	<u>2.293.961</u>	<u>2.616.280</u>	<u>660.444</u>	<u>432.569</u>	<u>614.018</u>	<u>909.248</u>

5.2. Estimativa e hierarquia do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, menos a provisão para perda, e de contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado por meio do desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Em 31 de dezembro de 2025, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, debêntures e outros ativos, considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

- Passivos financeiros estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi utilizado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

A Companhia aplica a alteração ao CPC 38 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente, ou seja, como preços; ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, os ativos financeiros e passivos financeiros foram classificados conforme as seguintes categorias e hierarquias de valor justo:

Instrumentos financeiros por categoria

Nível	Valor contábil				Valor justo		Valor justo		
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
<u>Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>									
Caixa e equivalentes de caixa	2	692.940	669.851	720.929	801.834	692.940	669.851	720.929	801.834
Instrumentos financeiros derivativos	2	5.709	-	5.709	-	5.709	-	5.709	-
		<u>698.648</u>	<u>669.851</u>	<u>726.638</u>	<u>801.834</u>	<u>698.648</u>	<u>669.851</u>	<u>726.638</u>	<u>801.834</u>
<u>Custo amortizado</u>									
Contas a receber de clientes	2	381.281	526.081	409.641	509.340	381.281	526.081	409.641	509.340
Outros ativos	2	220.387	154.879	223.731	158.834	220.387	154.879	223.731	158.834
		<u>601.668</u>	<u>680.960</u>	<u>633.372</u>	<u>668.174</u>	<u>601.668</u>	<u>680.960</u>	<u>633.372</u>	<u>668.174</u>
		<u>1.300.317</u>	<u>1.350.812</u>	<u>1.360.010</u>	<u>1.470.008</u>	<u>1.300.317</u>	<u>1.350.812</u>	<u>1.360.010</u>	<u>1.470.008</u>
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>									
Empréstimos e financiamentos	2	1.592.685	1.671.629	1.609.241	1.693.033	1.677.405	1.677.405	1.698.809	1.698.809
Fornecedores	2	271.117	317.532	313.465	321.208	271.117	317.532	313.465	321.208
Dividendos e JCP a pagar	2	37.295	19.988	37.295	19.988	37.295	19.988	37.295	19.988
Passivos de arrendamento	2	9.976	23.675	10.599	24.522	9.976	23.675	10.599	24.522
Outros passivos	2	208.363	140.003	252.028	146.757	208.363	140.003	252.028	146.757
		<u>2.119.437</u>	<u>2.172.827</u>	<u>2.222.628</u>	<u>2.205.509</u>	<u>2.204.156</u>	<u>2.178.603</u>	<u>2.312.196</u>	<u>2.211.285</u>
<u>Valor justo por meio do resultado</u>									
Instrumentos financeiros derivativos	2	1.525	103.559	1.525	103.559	1.525	103.559	1.525	103.559
		<u>2.120.962</u>	<u>2.276.286</u>	<u>2.224.154</u>	<u>2.309.068</u>	<u>2.205.681</u>	<u>2.282.195</u>	<u>2.313.721</u>	<u>2.314.844</u>

5.3. Demonstrativo da análise de sensibilidade

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes as quais a Companhia está exposta nas pontas passivas e ativas no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetivo de doze meses para a avaliação, são substancialmente sua exposição à flutuação do dólar e do euro e taxas de juros as quais a Companhia está exposta. A Administração entende que o cenário razoavelmente possível na cotação do dólar e do euro e na análise de juros, conforme expectativa de mercado com base em projeções divulgadas por Instituições Financeiras, está apresentada a seguir. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários possível e remoto).

Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade para risco cambial

Variação cambial	Moeda	Controladora	Consolidado
		2025	2025
Empréstimos e financiamentos	USD	(815.844)	(1.030.143)
Empréstimos e financiamentos	EURO	(246.592)	(246.592)
Fornecedores	USD	(57.238)	(89.153)
Fornecedores	EURO	(38)	(38)
Contas a receber de clientes	USD	144.684	159.223
Contas a receber de clientes	EURO	22.654	21.951
Caixa e equivalentes de caixa	USD	497.787	564.493
Caixa e equivalentes de caixa	EURO	56.972	17.374
		<u>(397.614)</u>	<u>(602.885)</u>
Total de instrumentos financeiros em dólar		(230.610)	(395.580)
Total de instrumentos financeiros em euro		(167.004)	(207.305)

Variação cambial	Moeda	Controladora	Consolidado
		2024	2024
Empréstimos e financiamentos	USD	(1.037.664)	(1.060.286)
Empréstimos e financiamentos	EURO	(246.592)	(246.592)
Fornecedores	USD	(63.252)	(58.773)
Fornecedores	EURO	(38)	(38)
Contas a receber de clientes	USD	167.351	151.239
Contas a receber de clientes	EURO	22.654	21.951
Caixa e equivalentes de caixa	USD	291.312	404.287
Caixa e equivalentes de caixa	EURO	60.585	77.381
		<u>(805.644)</u>	<u>(710.831)</u>
Total de instrumentos financeiros em dólar		(642.254)	(563.533)
Total de instrumentos financeiros em euro		(163.391)	(147.298)

Variação cambial - risco em 31 de dezembro de 2025 (*)	Controladora			Consolidado		
	US\$	Euro	Impacto no resultado e patrimônio	US\$	Euro	Impacto no resultado e patrimônio
Cenário I - Provável	5,50	6,47	24.628	5,50	6,47	42.750
Cenário II	6,60	7,76	(49.970)	6,60	7,76	(69.277)
Cenário III	8,25	9,70	(161.865)	8,25	9,70	(237.317)

Variação cambial - risco em 31 de dezembro de 2024 (*)	Controladora			Consolidado		
	US\$	Euro	Impacto no resultado e patrimônio	US\$	Euro	Impacto no resultado e patrimônio
Cenário I - Provável	6,00	6,18	26.254	6,00	6,18	23.188
Cenário II	7,20	7,42	(129.624)	7,20	7,42	(114.341)
Cenário III	9,00	9,27	(363.442)	9,00	9,27	(320.634)

(*) As fontes de informação para as taxas de câmbio utilizadas acima foram obtidas com base no relatório do Banco Central - Focus com data de janeiro 2026.

Análise de sensibilidade - exposição cambial de instrumentos financeiros derivativos

Descrição	Risco	Consolidado		
		Efeito sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025		
		Cenário I Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Derivativos swaps	CDI	(10.795)	(118.148)	(230.801)
Derivativos swaps	Libor	348	435	521
Derivativos swaps	SOFR	(1.494)	(1.873)	(2.248)
Derivativos opções	DÓLAR/REAL	(16.125)	(55.543)	(168.194)

Os instrumentos derivativos contratados pela companhia, na ponta de câmbio, realizam a “troca” da moeda das dívidas de reais para dólares. Desse modo, eliminando 100% do risco atrelado à variação câmbio, dado que a companhia deseja ficar exposta ao dólar, devido à natureza de suas receitas, denominadas em moeda estrangeira.

O cálculo realizado acima, estima a variação do MtM (mark to market) dos instrumentos, ou seja, o impacto em resultado financeiro na DRE da companhia em cada cenário. O MtM é o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados em cada contrato.

Análise de sensibilidade para risco de taxa de juros

Instrumentos de taxa variável		Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Equivalentes de caixa	CDI	131.888	310.057	131.888	310.057
Empréstimos e financiamentos	CDI	434.288	395.764	434.288	395.764
Empréstimos e financiamentos	TR	57.620	28.849	57.620	28.849
Empréstimos e financiamentos	Libor	16.385	38.228	16.385	40.980
Empréstimos e financiamentos	USDSOFR	175.313	296.478	175.313	296.478
		<u>815.494</u>	<u>1.069.375</u>	<u>815.494</u>	<u>1.072.127</u>

		Controladora		
		Efeito sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025		
Descrição	Risco	Cenário I Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Mudança na taxa de juros CDI	19.651	24.564	29.477
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros CDI	73.414	89.874	106.333
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros TR	1.428	1.453	1.479
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros Libor	1.102	1.265	1.428
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros SOFR	9.107	10.825	12.543
Total		104.702	127.981	151.260

		Consolidado		
		Efeito sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025		
Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Mudança na taxa de juros CDI	19.651	24.564	29.477
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros CDI	73.414	89.874	106.333
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros TR	1.428	1.453	1.479
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros Libor	1.102	1.265	1.428
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros SOFR	9.107	10.825	12.543
Total		104.702	127.981	151.260

		Controladora		
		Efeito sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024		
Descrição	Risco	Cenário I Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Mudança na taxa de juros CDI	37.672	47.090	56.508
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros CDI	48.085	60.107	72.128
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros TR	339	424	509
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros Libor	1.869	2.336	2.803
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros SOFR	13.223	16.529	19.834
Total		101.188	126.485	151.782

		Consolidado		
		Efeito sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024		
Descrição	Risco	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Caixa e equivalentes de caixa	Mudança na taxa de juros CDI	37.672	47.090	56.508
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros CDI	48.085	60.107	72.128
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros TR	339	424	509
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros Libor	2.003	2.504	3.005
Empréstimos e financiamentos	Mudança na taxa de juros SOFR	13.223	16.529	19.834
Total		101.322	126.653	151.983

Análise de sensibilidade - exposição a taxas de juros - exceto instrumentos financeiros derivativos

		Consolidado		
		Efeito sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025		
Descrição	Risco	Cenário I Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Derivativos swaps	CDI	(10.795)	(118.148)	(230.801)
Derivativos swaps	TR	348	435	521
Derivativos swaps	Libor	(1.494)	(1.873)	(2.248)
Derivativos swaps	SOFR	16.125	(55.543)	(168.194)

5.4. Política de “hedge”

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), que permite a contratação de até 100% dessa exposição em derivativos para proteção cambial. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas operações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não são efetuadas operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, esta possui um Comitê Financeiro, formado por conselheiros, diretores e executivos de controladoria e finanças da própria Companhia e terceiros especialistas; que analisam as questões que dizem respeito à política e à estrutura financeira.

a) Instrumento de “hedge”

A Companhia designava relações de “hedge” de fluxo de caixa, nas quais os itens protegidos são parte de nossas receitas de exportação mensais futuras altamente prováveis em dólares norte-americanos. Durante o ano de 2019, a direção da Companhia, em conjunto com seu Comitê Financeiro, alterou sua Política de “Hedge”, estendendo o período de contratação das operações de 12 meses para até 36 meses, utilizando para isso operações de “Zero Cost Collar”. Com esta mudança, as novas operações de “hedge” deixaram de ser contabilizadas como “hedge accounting”, e passam a compor o resultado financeiro da Companhia.

b) Operações de “hedge” - não designadas para “hedge accounting”

A Companhia contrato em 2025 a operação de derivativo “swap”, com o objetivo de se proteger da exposição de CDI pós fixado, devido à captação de dois empréstimos, no valor nominal de US\$25 milhões e EUR\$23 milhões, com ambos os vencimentos final em março de 2030. A Companhia não tem intenção de liquidar tais contratos antes do prazo de vencimento.

“Mark-to-Market” (MTM) de derivativos - saldos a realizar - controladora e consolidado

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Saldo em 31 de dezembro	4.184	(103.559)
Classificados como:		
Ativo/(passivo) circulante	5.709	(6.920)
Ativo/(passivo) não circulante	(1.525)	(96.639)

Derivativos - saldos direcionados para o resultado financeiro do exercício

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
“Hedge” financeiro - (receita)/despesa	(112.105)	(146.362)

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	28.595	57.250	56.585	75.867
Aplicações financeiras (*)	664.345	612.601	664.344	725.967
	<u>692.940</u>	<u>669.851</u>	<u>720.929</u>	<u>801.834</u>

(*) As aplicações financeiras através de depósitos interbancários no mercado internacional de curto prazo fixo em “Time Deposit” são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são feitas em investimentos de baixo risco. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram remuneradas por taxas fixas de juros internacionais que variam entre 3,5% e 5,5% (4,4% e 5,5% em 31 de dezembro de 2024) para aplicações em dólar e entre 1,0% e 3,2% para aplicações em euro (3,1% e 4,2% em dezembro de 2024).

As aplicações financeiras de curto prazo em CDBs/FIC indexadas ao CDI são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são feitas em investimentos de baixo risco. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2025 foram remuneradas por taxas que variam entre 70% e 102% do CDI.

Caixa e equivalentes de caixa da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Denominados em reais	138.180	317.954	139.062	320.167
Denominados em US\$	497.788	291.312	564.493	404.287
Denominados EURO	56.972	60.585	17.374	77.381
	<u>692.940</u>	<u>669.851</u>	<u>720.929</u>	<u>801.834</u>

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No país	253.506	344.698	269.056	346.212
No exterior	127.335	145.455	141.180	171.888
No exterior - partes relacionadas	40.003	44.550	39.994	1.302
	420.844	534.703	450.230	519.402
Provisão para perdas de crédito esperada	(39.563)	(8.622)	(40.589)	(10.062)
Circulante	<u>381.281</u>	<u>526.081</u>	<u>409.641</u>	<u>509.340</u>

Em 31 de dezembro de 2025, encontra-se provisionado o montante de R\$39.563 (R\$8.622 em 2024) relativo as contas a receber de clientes na controladora, e R\$40.589 (R\$10.062 em 2024) no consolidado. As contas a receber individualmente sujeitas à provisão para deterioração referem-se principalmente aos clientes com baixa expectativa de recuperação de créditos.

Em 25 de julho de 2023 foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Nitro Agro (“Fundo”), com início das suas atividades em 28 de setembro de 2023, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Adicionalmente, em setembro de 2025, a Companhia constituiu um novo FIDC, denominado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Nitro Agro II, que iniciou suas operações no mesmo período. Ambos os Fundos se destinam exclusivamente a receber recursos de investidores profissionais/qualificados, nos termos do artigo 119/12º da Resolução CVM nº 30/2021.

As contas a receber de clientes da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Denominados em reais	213.943	336.076	228.467	336.150
Denominados em US\$	144.684	167.351	159.223	151.239
Denominados em EURO	22.654	22.654	21.951	21.951
	<u>381.281</u>	<u>526.081</u>	<u>409.641</u>	<u>509.340</u>

O “aging list” do contas a receber de clientes encontra-se na nota explicativa nº 5.1.b).

As movimentações na provisão para perdas de crédito esperada nas contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	(8.622)	(3.546)	(10.062)	(5.677)
Adições de provisão, líquidas de reversões (a)	(30.941)	(5.076)	(30.527)	(4.385)
Em 31 de dezembro	<u>(39.563)</u>	<u>(8.622)</u>	<u>(40.589)</u>	<u>(10.062)</u>

(a) Em 2025 a Companhia reconheceu R\$267 de perdas efetivas (R\$3.995 em 2024).

8. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados	150.857	102.995	154.484	106.251
Matérias auxiliares	82.785	74.298	83.777	74.349
Matérias-primas	165.115	106.868	177.446	124.008
Matérias-primas em poder de terceiros	70.677	72.084	70.677	72.084
Importações em andamento	30.840	31.025	31.245	31.170
Produtos em processamento	12.486	14.231	14.018	19.053
Adiantamento a fornecedores	6.307	4.730	6.307	4.730
Provisão para realização	(8.673)	(10.193)	(11.603)	(13.124)
	<u>510.394</u>	<u>396.038</u>	<u>526.351</u>	<u>418.521</u>

Durante o ano de 2025, foi estimada uma provisão para redução ao valor realizável dos estoques da controladora de R\$8.672 e consolidado no valor de R\$11.602 (R\$10.193 e R\$13.124 em 2024, respectivamente). Os ajustes às provisões são registrados na rubrica “Custo das vendas”.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS a recuperar	41.531	20.444	42.711	22.312
PIS a recuperar	9.283	7.048	9.347	7.112
COFINS a recuperar	37.861	29.712	38.154	30.006
Reintegra	485	1.043	485	1.128
Créditos extemporâneos (i)	19.329	25.014	19.720	25.723
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.583	6.304	11.269	8.717
	<u>117.072</u>	<u>89.566</u>	<u>121.686</u>	<u>94.998</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	111.648	83.585	116.239	88.995
Não circulante	5.424	5.981	5.447	6.004

(i) Créditos extemporâneos:

- 1) Selic: Em 24/09/2021, o Supremo Tribunal Federal concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário nº 1.063.187 (Tema 962 de repercussão geral), que discute a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição sobre o Lucro Líquido sobre a taxa SELIC aplicável ao montante objeto de repetição indébito tributário pelos contribuintes. Com base nesse julgamento a Companhia reconheceu em dezembro de 2021 crédito tributário no valor de R\$10.111, em paralelo a empresa discutia judicialmente no Processo 13868.749576/2023-15 e após trânsito em julgado ocorrido em 30/01/23, os valores recolhidos de IRPJ/CSLL sobre a taxa Selic aplicada na repetição de indébito foram atualizados e reconhecido contabilmente o complemento de R\$8.836.
- 2) PAT: Conforme processo nº 5025598-78.2020.4.03.6100, transitado em julgado em 26/05/23, que pleiteou o direito sobre a dedução em dobro das despesas relativas ao Pat (Programa de alimentação do trabalhador) diretamente na base de cálculo do IRPJ/CSLL, a empresa reconheceu no resultado a recuperação de indébito tributário no valor de R\$5.081.
- 3) ICMS sobre Pis e Cofins: Em 31 de março de 2020, a empresa realizou o reconhecimento contábil dos créditos tributários referentes a tese de não incidência do ICMS na base de cálculo da contribuição para o PIS e a COFINS, conforme Processo 0009905-28.2009.4.03.6100, no montante de R\$87.562, ocorre que havendo novo entendimento sobre a metodologia de cálculo do ICMS na base de Pis e Cofins, em 10/08/2023 a empresa solicitou a RFB a habilitação de complemento do valor do indébito apurado e após deferimento do pedido de habilitação de crédito em setembro/23, reconheceu o valor de R\$6.335.

10. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Votorantim Industrial	804	804	804	804
Adiantamento a fornecedores	23.557	28.298	28.901	35.411
Adiantamento de férias	786	1.038	786	1.043
Despesas a apropriar	9.663	5.345	12.012	6.711
Adiantamento de comissões	28.494	34.137	28.494	34.137
Importação em trânsito	-	1.493	-	1.493
Notas de crédito - Partes relacionadas	3.752	3.105	-	-
Títulos e valores mobiliários (*)	118.913	62.392	118.276	62.392
Outros ativos	39.720	18.268	39.761	16.844
	<u>225.689</u>	<u>154.879</u>	<u>229.034</u>	<u>158.834</u>
Circulante	92.450	77.389	95.795	82.844
Não circulante	133.239	77.490	133.239	75.990

(*) Cotas de participação: Fundo FIDC (R\$96.240) (nota explicativa nº 7); Venture Capital Agro FIP (R\$18.674), Opções Regenera (R\$4.000).

11. INVESTIMENTO

a) Composição dos investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Controladas e Controlada em conjunto:		
Nitro Corp	26.835	26.542
Nitro GMBH	7.270	119.644
Promak	16.051	14.412
Nitro Paraguay	2.483	(38)
NBT S.A.	8.623	7.822
Bem da Terra	8.846	6.096
Vivus	10.575	11.467
	<u>80.683</u>	<u>185.945</u>

b) Movimentação da conta de investimentos

	Nitro Corp	GmbH	Promak	Paraguay	NBT	Bem da Terra	Vivus S.A.	Total
Em 31 de dezembro de 2023	30.615	84.867	11.586	-	8.173	-	11.656	146.897
Aquisição da controlada	-	-	-	26	-	1.642	-	1.668
Ágio por rentabilidade futura	-	-	-	-	-	4.358	-	4.358
Amortização mais-valia alocada	-	-	(158)	-	-	-	-	(158)
Aumento de Capital	18.654	-	-	279	2.000	-	-	20.933
Resultado de equivalência patrimonial	(31.055)	34.322	1.663	(343)	(2.351)	96	(189)	2.143
Ajuste acumulado de conversão	8.328	455	1.321	-	-	-	-	10.104
Em 31 de dezembro de 2024	26.542	119.644	14.412	(38)	7.822	6.096	11.467	185.945
Aumento de participação	-	-	-	-	2.479	-	-	2.479
Amortização mais-valia alocada	-	-	(158)	-	-	-	-	(158)
Aumento de Capital	-	-	-	-	749	1.500	-	2.249
Distribuição de dividendos	-	(101.072)	-	-	-	-	-	(101.072)
Resultado de equivalência patrimonial	3.358	(10.185)	(757)	(280)	(2.427)	1.020	(637)	(9.908)
Ajuste acumulado de conversão	(3.065)	(2.087)	2.554	2.572	-	-	-	(26)
Transações entre acionistas	-	970	-	229	-	230	(255)	1.174
Em 31 de dezembro de 2025	26.835	7.270	16.051	2.483	8.623	8.846	10.575	80.683

c) Sumário das informações financeiras das controladas

Empresas	2025						
	Nitro Corp	Nitro GmbH	Promak	Paraguay	NBT	Bem da Terra	Vivus
Porcentagem de participação	100%	100%	100%	100%	100%	25%	20%
Ativo circulante	46.990	11.419	23.516	2.341	1.356	11.868	8.950
Ativo não circulante	34.188	-	6.594	-	5.409	8.748	3.268
Passivo circulante	(37.387)	(4.146)	(14.192)	(2.140)	(2.086)	(4.520)	(5.902)
Passivo não circulante	(16.556)	-	-	-	-	(1.546)	-
Ativos líquidos (100%)	<u>27.235</u>	<u>7.273</u>	<u>15.919</u>	<u>201</u>	<u>4.678</u>	<u>14.550</u>	<u>6.316</u>
Participação do grupo nos ativos líquidos	27.235	7.273	15.919	201	4.678	3.638	1.263
Eliminação de lucros/prejuízos não realizados nas vendas para controlada	(400)	-	(275)	-	-	-	-
Valor contábil da participação nas controladas e controladas em conjunto	<u>26.835</u>	<u>7.273</u>	<u>15.644</u>	<u>201</u>	<u>4.678</u>	<u>3.638</u>	<u>1.263</u>
Resultado:							
Receita	68.438	-	30.552	1.292	1.250	10.471	2.896
Lucro líquido do exercício	3.358	(10.184)	(757)	(280)	(2.427)	4.079	(3.185)
Eliminação dos lucros/prejuízos não realizados	-	-	-	-	-	-	-
Participação do grupo no lucro e resultado abrangente	3.358	(10.184)	(757)	(280)	(2.427)	1.020	(637)
Empresas	2024						
	Nitro Corp	Nitro GmbH	Promak	Paraguay	NBT	Bem da Terra	Vivus
Porcentagem de participação	100%	100%	100%	100%	51%	25%	20%
Ativo circulante	34.107	123.560	32.070	54	6.640	8.240	7.503
Ativo não circulante	43.236	-	7.107	-	6.373	5.305	5.717
Passivo circulante	(50.395)	(3.917)	(25.052)	(93)	(5.459)	(4.151)	(3.708)
Passivo não circulante	(6)	-	-	-	-	(5.825)	(193)
Ativos líquidos (100%)	<u>26.942</u>	<u>119.644</u>	<u>14.124</u>	<u>(38)</u>	<u>7.554</u>	<u>3.569</u>	<u>9.318</u>
Participação do grupo nos ativos líquidos	26.942	119.644	14.124	(38)	3.853	892	1.864
Eliminação de lucros/prejuízos não realizados nas vendas para controlada	(400)	-	(275)	-	-	-	-
Valor contábil da participação nas controladas e controladas em conjunto	<u>26.542</u>	<u>119.644</u>	<u>13.849</u>	<u>(38)</u>	<u>3.853</u>	<u>892</u>	<u>1.864</u>
Resultado:							
Receita	62.537	60.713	29.098	-	2.216	3.142	3.229
Lucro líquido do exercício	(31.709)	32.533	1.733	(343)	(4.608)	383	(945)
Eliminação dos lucros/prejuízos não realizados	654	1.787	(70)	-	-	-	-
Participação do grupo no lucro e resultado abrangente	(31.055)	34.320	1.663	(343)	(2.350)	96	(189)

d) Obrigação com aquisição de investimentos

	Controladora	
	2025	2024
MCM (i)	258	1.772
Gênica S.A (i)	2.314	2.024
Biocontrol (ii)	948	2.072
Fast Agro (ii)	1.405	37.350
Paulifertil (ii)	48.654	42.223
Bem da Terra (iii)	-	3.012
Total	<u>53.579</u>	<u>88.453</u>
Circulante	-	6.451
Não circulante	53.579	82.002

- (i) Saldos a pagar pela aquisição de participação de empresas os quais são atualizados somente por correção monetária do SELIC.

- (ii) Saldos a pagar pela aquisição de participação de empresas os quais são atualizados pelo CDI.
- (iii) Saldos a pagar pela aquisição de participação de empresas os quais são atualizados somente por correção monetária da IPCA. O saldo referente à Bem da Terra foi integralmente liquidado no exercício de 2025.

12. IMOBILIZADO E DIREITO DE USO

	Controladora				2025
	2024	Adições	Baixas	Transferências	
<u>Custo</u>					
Terreno, edificações e construções	173.804	1.509	(145)	-	175.168
Benfeitorias em imóveis de terceiros	6.541	5.049	(78)	-	11.512
Móveis e utensílios	10.578	518	(1.202)	(305)	9.589
Equipamentos de informática	17.527	-	-	-	17.527
Máquinas e equipamentos	861.098	52.296	(928)	(604)	911.862
Veículos	937	-	-	-	937
Instalações	27.628	2.888	-	-	30.516
Ativos de direito de uso (nota explicativa nº 13)	57.191	3.494	(1.309)	(31)	59.345
Outros ativos	40.020	-	(1.609)	(2)	38.409
Imobilizado em andamento (b)	130.039	86.140	-	942	217.121
Total	1.325.363	151.894	(5.271)	-	1.471.986
<u>Depreciação acumulada</u>					
Terreno, edificações e construções	(72.212)	(5.084)	-	-	(77.296)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(978)	(998)	-	-	(1.976)
Móveis e utensílios	(5.530)	(984)	567	-	(5.947)
Equipamentos de informática	(15.779)	(573)	-	-	(16.352)
Máquinas e equipamentos	(487.152)	(64.416)	233	-	(551.335)
Veículos	(704)	(65)	-	-	(769)
Instalações	(6.966)	(3.067)	-	-	(10.033)
Ativos de direito de uso	(32.727)	(12.726)	1.309	-	(44.144)
Outros ativos	(5.123)	(1.372)	-	-	(6.495)
Total	(627.171)	(89.285)	2.109	-	(714.347)
Valor líquido contábil	698.192	62.609	(3.162)	-	757.639
<u>Controladora</u>					
	2023	Adições	Baixas	Transferências	2024
<u>Custo</u>					
Terreno, edificações e construções	155.295	-	(292)	18.801	173.804
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.579	3	(624)	2.587	6.541
Móveis e utensílios	8.978	-	(84)	1.684	10.578
Equipamentos de informática	17.137	-	(97)	487	17.527
Máquinas e equipamentos	705.172	-	(2.111)	158.036	861.098
Veículos	983	-	(46)	-	937
Instalações	17.825	-	(22)	9.825	27.628
Ativos de direito de uso (nota explicativa nº 13)	40.107	19.546	(2.462)	-	57.191
Outros ativos	39.387	-	(2)	636	40.021
Imobilizado em andamento	196.632	125.462	-	(192.055)	130.039
Total	1.186.094	145.008	(5.740)	-	1.325.363

	Controladora				2024
	2023	Adições	Baixas	Transferências	
<u>Depreciação acumulada</u>					
Terreno, edificações e construções	(67.321)	(4.891)	-	-	(72.212)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(702)	(717)	441	-	(978)
Móveis e utensílios	(4.680)	(900)	50	-	(5.530)
Equipamentos de informática	(15.260)	(612)	93	-	(15.779)
Máquinas e equipamentos	(435.906)	(50.523)	336	(1.059)	(487.152)
Veículos	(663)	(87)	46	-	(704)
Instalações	(5.584)	(2.444)	3	1.059	(6.966)
Ativos de direito de uso	(20.545)	(14.170)	1.988	-	(32.727)
Outros ativos	(3.752)	(1.490)	122	-	(5.120)
Total	(554.414)	(75.834)	3.079	-	(627.168)
Valor líquido contábil	631.680	69.174	(2.661)	-	(698.194)

	Consolidado				2025
	2024	Adições	Baixas	Transferência	
<u>Custo</u>					
Terreno, edificações e construções	210.666	3.965	(213)	-	214.418
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7.779	5.049	(78)	-	12.750
Móveis e utensílios	12.186	1.769	(2.449)	(305)	11.201
Equipamentos de informática	18.382	-	(37)	-	18.345
Máquinas e equipamentos	900.298	52.333	(9.031)	(604)	942.996
Veículos	2.159	-	(62)	-	2.097
Instalações	28.842	3.039	-	-	31.881
Ativos de direito de uso					
(nota explicativa nº 13)	58.287	3.531	(1.309)	(31)	60.478
Outros ativos	40.021	-	(1.745)	(2)	38.274
Imobilizado em andamento (b)	130.048	86.154	(12)	942	217.132
Total	1.408.668	155.840	(14.936)	-	1.549.572
<u>Depreciação acumulada</u>					
Terreno, edificações e construções	(83.837)	(6.873)	-	-	(90.710)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(1.047)	(1.080)	-	-	(2.127)
Móveis e utensílios	(6.481)	(1.123)	567	-	(7.037)
Equipamentos de informática	(16.777)	(612)	-	-	(17.389)
Máquinas e equipamentos	(500.353)	(65.760)	233	-	(565.880)
Veículos	(2.068)	(70)	-	-	(2.138)
Ativos de direito de uso					
(nota explicativa nº 13)	(7.654)	(3.185)	-	-	(10.839)
Outros ativos	(32.995)	(13.005)	1.309	-	(44.691)
Instalações	(5.121)	(1.370)	-	-	(6.491)
Total	(656.333)	(93.078)	2.109	-	(747.302)
Valor líquido contábil	752.335	62.762	(12.827)	-	802.270

	Consolidado				Saldo em 2024
	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Transferências	
Custo					
Terreno, edificações e construções	185.748	6.769	(652)	18.801	210.666
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.580	-	(625)	3.824	7.779
Móveis e utensílios	9.768	111	(85)	2.392	12.186
Equipamentos de informática	17.874	119	(98)	487	18.382
Máquinas e equipamentos	731.532	10.707	(2.102)	160.161	900.298
Veículos	2.003	203	(47)	-	2.159
Instalações	18.792	246	(21)	9.825	28.842
Ativos de direito de uso (nota explicativa nº 13)	40.107	19.546	(2.642)	1.096	58.107
Outros ativos	37.146	-	(2)	2.877	40.021
Imobilizado em andamento	210.249	125.472	(6.210)	(199.463)	130.048
Total	1.257.799	163.173	(12.484)	-	1.408.488
Depreciação acumulada					
Terreno, edificações e construções	(74.223)	(9.614)	-	-	(83.837)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(703)	(786)	441	-	(1.048)
Móveis e utensílios	(5.369)	(1.159)	48	-	(6.480)
Equipamentos de informática	(16.058)	(813)	94	-	(16.777)
Máquinas e equipamentos	(444.841)	(54.789)	336	(1.059)	(500.353)
Veículos	(1.742)	(371)	44	-	(2.069)
Ativos de direito de uso (nota explicativa nº 13)	(20.546)	(2.641)	3	1.059	(22.125)
Outros ativos	(3.754)	(14.437)	2.168	-	(16.023)
Instalações	(6.076)	(1.490)	125	-	(7.441)
Total	(573.312)	(86.100)	3.259	-	(656.153)
Valor líquido contábil	684.487	77.073	(9.225)	-	752.335

(a) Revisão e ajuste da vida útil estimada

A Companhia periodicamente analisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

(b) Principais obras em andamento

As imobilizações em andamento referem-se basicamente a projetos que visam à melhoria operacional da produção. Neste grupo, estão inclusos vários projetos de construção de equipamentos com o objetivo de modernizar a planta produtiva.

13. PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

	Controladora 2025	Consolidado 2025
Saldo inicial	23.675	24.522
Adição novos contratos	3.904	3.944
Contraprestações pagas	(18.618)	(18.933)
Juros no período	1015	1.066
Em 31 de dezembro de 2025	9.976	10.599
Circulante	1.342	1.637
Não circulante	8.634	8.962

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2024</u>	<u>2024</u>
Saldo inicial	19.416	19.416
Adição novos contratos	20.499	21.737
Juros na adição de novos contratos	(1.078)	(1.227)
Contraprestações pagas	(16.518)	(16.822)
Baixas	(558)	(558)
Juros no período	1.914	1.976
Em 31 de dezembro de 2024	<u>23.675</u>	<u>24.522</u>
Circulante	4.780	5.016
Não circulante	18.895	19.506

14. ATIVO INTANGÍVEL

	Vida útil (anos)	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<u>Ágio por rentabilidade futura</u>					
Nitro Corp	-	-	-	1.009	1.009
MCM	-	3.482	3.482	3.482	3.482
Fertilizantes Celere “Fast Agro”	-	5.975	5.975	5.975	5.975
Biocontrol	-	17.660	17.660	17.660	17.660
Paulifertil	-	16.826	16.826	16.826	16.826
NBT	-	-	-	4.035	4.066
<u>Mais-valia alocada em combinações de negócios</u>					
Marcas	4	3.884	4.640	3.885	4.640
Carteira de clientes	22,5	22.170	29.185	23.021	31.249
Outros		1.394	211	1.394	211
Software	5	20.826	16.917	21.009	17.028
Total intangível		<u>92.217</u>	<u>94.896</u>	<u>98.296</u>	<u>102.146</u>

A movimentação do intangível em 2025 está assim demonstrada:

	<u>2024</u>	<u>Controladora</u>			<u>2025</u>
		<u>Adições</u>	<u>Amortizações</u>	<u>Baixas</u>	
<u>Ágio por rentabilidade futura</u>					
MCM	3.482	-	-	-	3.482
Fertilizantes Celere “Fast Agro”	5.975	-	-	-	5.975
Biocontrol	17.660	-	-	-	17.660
Paulifertil	16.826	-	-	-	16.826
					-
<u>Mais-valia alocada em combinações de negócios</u>					
Marcas	4.640	-	(756)	-	3.884
Carteira de clientes	29.185	-	(7.015)	-	22.170
Outros	211	1.304	(120)	-	1.395
					-
Software	16.917	10.057	(6.114)	(35)	20.825
					-
Total intangível	<u>94.896</u>	<u>11.361</u>	<u>(14.005)</u>	<u>(35)</u>	<u>92.217</u>

A movimentação do intangível em 2024 está assim demonstrada:

	Controladora				2024
	2023	Adições	Amortizações	Baixas	
<u>Ágio por rentabilidade futura</u>					
MCM	3.482	-	-	-	3.482
Fertilizantes Celere “Fast Agro”	5.975	-	-	-	5.975
Biocontrol	17.660	-	-	-	17.660
Paulifertil	16.826	-	-	-	16.826
<u>Mais-valia alocada em combinações de negócios</u>					
Marcas	7.575	-	(2.934)	-	4.641
Carteira de clientes	36.200	-	(7.015)	-	29.185
Acordo de não competição	47	-	(47)	-	-
Outros	310	-	(99)	-	211
Software	8.568	12.064	(3.694)	(22)	16.916
Total intangível	96.643	12.064	(13.789)	(22)	94.896

	Consolidado					2025
	2024	Adições	Amortizações	Variação cambial	Outros	
<u>Ágio por rentabilidade futura</u>						
Nitro CorpP	1.009	-	-	(614)	-	395
MCM	3.482	-	-	-	-	3.482
Fast Agro	5.975	-	-	-	-	5.975
Biocontrol	17.660	-	-	-	-	17.660
Paulifertil	16.826	-	-	-	-	16.826
NBT	4.066	-	-	-	(31)	4.035
<u>Mais-valia</u>						
Marcas	4.640	-	(756)	-	-	3.884
Carteira de clientes	31.249	-	(7.021)	-	-	24.228
Outros	211	1.304	(712)	-	-	803
Software	17.028	10.129	(6.149)	-	-	21.008
Total intangível	102.146	11.433	(14.638)	(614)	(31)	98.296

	Consolidado				2024
	2023	Adições	Amortizações	Efeito de variação cambial	
<u>Ágio por rentabilidade futura</u>					
Nitro Corp	485	-	-	524	1.009
MCM	3.482	-	-	-	3.482
Fast Agro	5.975	-	-	-	5.975
Biocontrol	17.660	-	-	-	17.660
Paulifertil	16.826	-	-	-	16.826
NBT	4.066	-	-	-	4.066
<u>Mais-valia alocada em combinações de negócios</u>					
Marcas	7.829	-	(3.189)	-	4.640
Carteira de clientes	40.352	-	(9.231)	128	31.249
Acordo de não competição	360	-	(360)	-	-
Outros	310	-	(99)	-	211
Certificação OEC	241	-	(241)	-	-
Software	8.631	12.095	(3.717)	19	17.028
Marcas	69	-	(69)	-	-
Total intangível	106.286	12.095	(16.906)	671	102.146

Teste para avaliação de redução ao valor recuperável (“impairment”)

Os ágios oriundos de expectativa de rentabilidade futura de empresas adquiridas e os ativos intangíveis com vida útil indefinida (marcas) foram alocados às unidades geradoras de caixa (UGCs) da Companhia, as quais representam o menor nível de ativos ou grupo de ativos. De acordo com o CPC 01 (R1), quando uma UGC possui um ativo intangível sem vida útil definida alocado, a Companhia deve realizar um teste de “impairment”.

O teste de “impairment” do ágio e da marca inclui os ativos imobilizados dessas unidades geradoras de caixa além do saldo do ativo intangível. O teste é baseado na comparação do saldo contábil com o valor em uso dessas unidades, sendo determinado com base nas projeções de fluxos de caixa descontados projetados para os próximos 5 anos, acrescentados com a perpetuidade do negócio, baseados nos orçamentos aprovados pela administração, bem como na utilização de premissas e julgamentos relacionados à taxa de crescimento, custos e despesas, taxa de desconto, capital de giro e investimento (“Capex”) futuro, bem como premissas macroeconômicas observáveis no mercado. As UGCs somente são sujeitas a avaliação de redução ao valor recuperável no ano seguinte a conclusão da alocação do preço de aquisição.

O resultado da avaliação de redução ao valor recuperável e premissas adotadas é assim demonstrado:

	Promak	Nitro Corp (Alchemix)	BL Agro
Taxa de desconto	14,74%	13,63%	14,12%
Taxa de crescimento	6%	3%	3%

As taxas de desconto são calculadas para cada UGC com base na taxa local livre de risco relevante ajustada pelo prêmio de risco-país, entre outros parâmetros. As taxas de crescimento para os fluxos de caixa consideraram premissas da Administração de acordo com o cenário e planos futuros para cada UGC.

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores nacionais	99.107	211.570	109.539	219.726
Fornecedores exterior	57.276	63.290	89.191	58.811
Risco Sacado	114.734	42.672	114.735	42.672
	<u>271.117</u>	<u>317.532</u>	<u>313.465</u>	<u>321.209</u>

As contas a pagar de fornecedores da Companhia são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Denominados em reais	213.841	254.242	224.274	262.398
Denominados em US\$	57.238	63.252	89.153	58.773
Denominados em EURO	38	38	38	38
	<u>271.117</u>	<u>317.532</u>	<u>313.465</u>	<u>321.209</u>

As operações de risco sacado com fornecedores são negociações junto a instituições financeiras que possibilitam aos fornecedores a antecipação dos recebíveis decorrente de vendas de mercadorias e serviços. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus fornecedores, tendo em vista que a participação não é obrigatória. As taxas de juros praticadas pelos bancos juntos aos fornecedores estão entre 1,20% a.m. e 1,60% a.m. em 2025 (1,05% a.m. 1,29% a.m. em 2024).

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora						Encargos financeiros anuais (%)	Vencimento
	2025			2024				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total		
<u>Em moeda nacional</u>								
Com terceiros:								
FINEP	1.649	56.030	57.679	39	28.810	28.849	TR + 2,30%a.a.	Jul./2036
Capital de giro	39.020	112.500	151.520	127.890	150.000	277.890	CDI + 1,75% a.a. a 6,57%	Dez./2029
Total	40.669	168.530	209.199	127.929	178.810	306.739		
<u>Em moeda estrangeira</u>								
Com terceiros:								
Pré pagamento de exportações	43.205	20.634	63.839	25.612	69.663	95.275	USD + 2,91%a.a.	Mar./2027
Empréstimo externo - Lei nº 4.131 - 26	49.041	-	49.041	55.353	54.944	110.297	3,83% a.a.	Nov./2026
Empréstimo externo - Lei nº 4.131 - 25	7.272	237.760	245.032	78.698	27.091	105.789	2,45% a.a. a 5,48% a.a.	Fev./2029
Cédula de crédito bancário	-	144.536	144.536	-	-	-	6,27% a.a.	Abr./2028
Nota de crédito à exportação	80.458	653.437	733.896	168.021	719.016	887.037	USD + 2,75% a 6,41% a.a.	Dez./2029
BNDES EXIM	1.371	152.857	154.228	-	-	-	6,00% a.a. a 6,55%	Ago./2029
Nota de crédito à exportação - EUR	-	-	-	32.069	140.198	172.267	EUR + 5,6% a.a.	Abr./2027
Custos com captação	(2.137)	(4.948)	(7.086)	(1.494)	(4.281)	(5.775)		
Total	179.210	1.204.276	1.383.486	358.259	1.006.631	1.364.890		
Total Empréstimos e financiamentos	219.879	1.372.806	1.592.685	486.188	1.185.441	1.671.629		

	Consolidado						Encargos financeiros anuais (%)	Vencimento
	2025			2024				
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total		
<u>Em moeda nacional</u>								
Com terceiros:								
FINEP	1.649	56.030	57.680	39	28.810	28.849	TR + 2,30% a.a.	Jul./2036
Capital de giro	39.020	265.357	304.376	127.890	150.000	277.890	CDI + 1,75% a.a. a 6,57%	Dez./2029
Total	40.669	321.387	362.056	127.929	178.810	306.739		
<u>Em moeda estrangeira</u>								
Com terceiros:								
Pré pagamento de exportações	44.576	20.634	65.210	25.612	69.663	95.275	USD _ 2,91% a.a.	Mar./2027
Empréstimo externo - Lei nº 4.131	49.041	-	49.041	55.353	54.944	110.297	3,83% a.a.	Nov./2026
Empréstimo externo - Lei nº 4.131	7.272	237.760	245.032	78.698	27.091	105.789	2,45% a.a. a 5,48% a.a.	Fev./2029
Cédula de crédito bancário	-	144.536	144.536	-	-	-		
Nota de crédito à exportação	80.458	653.437	733.896	168.021	719.016	887.037	USD + 2,75% a.a. a 6,41% a.a.	Dez./2029
Nota de crédito à exportação - EUR	-	-	-	32.069	140.198	172.267	EUR + 5,6% a.a.	Abr./2027
Capital de giro	-	16.556	16.556	21.405	-	21.405	USD + 2,00% a 3,50% a.a.	Nov./2025
Custos com captação	(2.137)	(4.948)	(7.086)	(1.494)	(4.281)	(5.776)		
Total	179.210	1.067.975	1.247.185	379.664	1.006.631	1.386.294		
Total - Empréstimos e financiamentos	219.879	1.389.362	1.609.241	507.593	1.185.441	1.693.033		

a) Vencimento das parcelas do não circulante

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
2026	-	535.787	-	535.787
2027	451.259	297.598	456.701	297.598
2028	602.950	181.174	610.222	181.174
2029	238.402	151.164	241.277	151.164
2030	46.625	2.995	47.187	2.995
2031	6.013	2.995	6.085	2.995
2032	6.013	2.995	6.085	2.995
2033	6.013	2.995	6.085	2.995
2034	6.013	2.995	6.085	2.995
2035	6.013	2.995	6.085	2.995
2036	3.507	1.748	3.550	1.748
	<u>1.372.806</u>	<u>1.185.441</u>	<u>1.389.362</u>	<u>1.185.441</u>

b) Garantias e “covenants”

A cédula de crédito bancário e um empréstimo amparado sob a Lei nº 4.131 estão garantidos por notas promissórias emitidas pela Companhia.

Os endividamentos que estão sujeitos a “covenants” financeiros que devem mantidos pela Companhia apresentam os seguintes índices mínimos:

Consolidado

“Covenants” de alavancagem	Limite		Calculado	
	2025	2024	2025	2024
Dívida líquida/EBITDA	≤ 3,0	≤ 3,0	2,22	2,91
Dívida líquida/PL	≤ 4,0	≤ 4,0	1,60	2,72

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia estava adimplente com os índices requeridos acima.

c) Movimentação dos empréstimos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Em 1º de janeiro	1.671.629	1.239.592	1.693.033	1.277.784
Captação	839.522	801.713	839.522	801.713
Juros pagos	(99.072)	(125.744)	(100.227)	(127.391)
Amortização	(833.707)	(572.516)	(837.400)	(595.627)
Variação cambial	(120.919)	201.425	(120.919)	209.395
Juros provisionados	135.232	127.159	135.232	127.159
Em 31 de dezembro	<u>1.592.685</u>	<u>1.671.629</u>	<u>1.609.241</u>	<u>1.693.033</u>

17. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

a) Composição dos saldos

O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte dessas obrigações.

As provisões para as eventuais perdas consideradas prováveis decorrentes de passivos contingentes são reconhecidas contabilmente. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo divulgados nas notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como remotos não são provisionados nem divulgados. Os montantes envolvidos nas contingências são estimados e atualizados periodicamente. A classificação das eventuais perdas entre possíveis, prováveis e remotas baseia-se na indicação dos consultores jurídicos do Grupo.

No que se referem a processos judiciais de contestação de legalidade ou constitucionalidade de obrigação tributária, eles têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento.

Os saldos das obrigações tributárias e provisões para passivos contingentes registrados contabilmente são apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão para contingências	6.322	5.285	6.322	5.285
Depósitos judiciais	1.024	1.353	1.024	1.353

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	21.170	21.170
Adições/(Reversões), líquidas	(15.385)	(15.385)
Pagamentos	(500)	(500)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	5.286	5.286
Adições/(Reversões), líquidas	1.493	1.493
Pagamentos	(457)	(457)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	6.322	6.322

c) Processos com probabilidade de perdas considerados como possíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos no montante de R\$801 (R\$951 em 31 de dezembro de 2024), cuja probabilidade de perda é avaliada como possível, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos.

18. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Serviços contratados	25.248	45.100	30.179	49.172
Provisão para utilidades (energia, gás e efluentes)	2.673	2.777	2.673	2.777
Adiantamento de clientes	109.066	25.845	153.707	32.938
Outros passivos - partes relacionadas (nota explicativa nº 24)	8.359	8.510	-	-
Parcelamentos fiscais	424	520	424	520
Títulos a pagar	6.401	7.434	7.798	10.184
Comissões a pagar	33.758	32.663	33.758	32.662
Notas de crédito	760	395	760	395
Plano de ações (nota explicativa nº 20.e))	8.671	8.368	8.671	8.368
Outros passivos	14.312	8.392	12.608	9.741
	<u>209.672</u>	<u>140.004</u>	<u>250.578</u>	<u>146.757</u>
Circulante	208.197	138.042	249.101	144.788

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Não circulante	1.475	1.962	1.477	1.969

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Despesa de impostos de renda e contribuição social

Reconciliação da taxa efetiva do imposto	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do IR/CS	309.553	(70.759)	310.391	(70.950)
Alíquota oficial de imposto %	34%	34%	34%	34%
IR/CS calculados pela alíquota oficial	(105.248)	24.058	(105.533)	24.123
Juros sobre capital próprio	13.018	9.444	13.018	9.444
Outras diferenças permanentes	(4.236)	(1.322)	(6.204)	(3.454)
	<u>(96.466)</u>	<u>32.180</u>	<u>(98.719)</u>	<u>30.113</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(38.237)	(57.376)	(40.490)	(57.998)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(58.229)	89.556	(58.229)	88.111
	<u>(96.466)</u>	<u>32.180</u>	<u>(98.719)</u>	<u>30.113</u>
Alíquota efetiva	31%	45%	32%	42%

b) Impostos diferidos

Composição

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	21.167	27.150	21.167	27.150
Provisão para contingências	2.269	1.916	2.269	1.916
Provisão para perdas de estoque	2.948	3.466	2.948	3.466
Provisão PLR	14.031	13.311	14.031	13.311
Provisão para serviços contratados	32.676	25.611	32.676	25.611
Provisão para perdas com operações de "hedge"	519	35.210	519	35.210
Varição cambial - Competência	1.385	16.326	1.385	16.326
Outros	21.352	23.946	21.352	23.946
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	<u>96.347</u>	<u>146.936</u>	<u>96.347</u>	<u>146.936</u>
Ajuste da vida útil dos bens do ativo imobilizado	(41.041)	(38.456)	(41.041)	(38.456)
Reserva de avaliação patrimonial (terrenos e edifícios)	(3.089)	(3.137)	(3.089)	(3.137)
Provisão para ganhos com operações de "hedge"	(1.941)	-	(1.941)	-
Direito de uso de imobilizado	(15.009)	-	(15.009)	-
Outros	(19.871)	(31.765)	(19.870)	(31.764)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo	<u>(80.951)</u>	<u>(73.358)</u>	<u>(80.950)</u>	<u>(73.357)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - líquido	<u>15.396</u>	<u>73.578</u>	<u>15.397</u>	<u>73.579</u>

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é representado por 44.806.675 ações ordinárias e 15.717.085 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2024, era de 21.507.204 ações ordinárias e 7.567.366 ações preferenciais), todas nominativas escriturais, sem valor nominal.

O número de ações em 31 de dezembro de 2025, está distribuído da seguinte forma:

	<u>Ações Ordinárias</u>	<u>Ações preferenciais Classe A</u>	<u>Ações preferenciais Classe B</u>	<u>Ações preferenciais Classe C</u>	<u>Total</u>	<u>Percentual</u>
Faro Capital Fundo de Investimento em Participações	44.800.007	945.642	-	130.162	45.875.811	75,77
Campen Investimentos e Participações S.A.	-	-	11.200.001	106.248	11.306.249	18,67
Outros (Incluindo ações em tesouraria)	<u>6.668</u>	<u>2.685.223</u>	<u>1.668</u>	<u>671.307</u>	<u>3.364.866</u>	<u>5,56</u>
	<u>44.806.675</u>	<u>3.630.865</u>	<u>11.201.669</u>	<u>907.717</u>	<u>60.546.926</u>	<u>100,00</u>

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovou o aumento de capital social no montante de R\$1.000 (um milhão de reais), com a emissão de 29.051.404 novas ações nominativas e sem valor nominal, pelo valor total de emissão de R\$300.000 (trezentos milhões de reais). Desse montante, R\$299.000 (duzentos e noventa e nove milhões de reais), correspondentes à parcela do preço de emissão que excede o valor destinado à formação do capital social, foram registrados em reserva de capital da Companhia, na forma do artigo 182, §1º, alínea “a”, da Lei das S.A. As ações emitidas foram integralmente subscritas na mesma data pelos acionistas da Companhia, mediante capitalização de créditos detidos contra a Companhia, correspondentes aos dividendos distribuídos, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2025.

Em 30 de dezembro de 2025, a Companhia, em Assembleia Geral, aprovou o aumento de capital social no montante de R\$83,33 (oitenta e três mil, trezentos e trinta e três reais), com a emissão de 2.420.952 novas ações nominativas e sem valor nominal, pelo valor total de emissão de R\$25.000 (vinte e cinco milhões). Desse montante, R\$24.916,67 (vinte e quatro milhões, novecentos e dezesseis mil, seiscentos e sessenta e sete reais), correspondentes à parcela do preço de emissão que excede o valor destinado à formação do capital social, foram registrados em reserva de capital da Companhia, na forma do artigo 182, §1º, alínea “a”, da Lei das S.A. As ações emitidas foram integralmente subscritas na mesma data pelos acionistas da Companhia, mediante capitalização de créditos detidos contra a Companhia, correspondentes aos dividendos distribuídos, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2025.

a) Reserva legal e outras reservas

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício, quando não foi constituído o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios devido ao pagamento financeiro condicionado ao recebimento de recursos financeiros ou a não deliberação da administração de distribuição de dividendos excedentes.

b) Reserva de incentivos fiscais

Os incentivos fiscais concedidos pelos Estados ou pelo Distrito Federal passaram a ser considerados subvenções para investimentos, dedutíveis para o cálculo de imposto de renda, contribuição social, PIS e Cofins. Deste modo, a Companhia apurou a subvenção de ICMS dedutível da base de cálculo dos impostos anteriormente mencionados no total de R\$52.383.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto da Companhia assegura um dividendo mínimo anual correspondente a 5% do lucro líquido, ajustado pelas movimentações patrimoniais das reservas, conforme preconizado pela legislação societária.

Em 15 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$300.000, com base em balanço especialmente levantado na data-base 31 de outubro de 2025, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social. Do montante deliberado, R\$119.344 foram distribuídos da Reserva de lucros da Companhia e R\$180.656,00 do lucro do período. O valor do dividendo por ação correspondeu a aproximadamente R\$1,7749 por ação ordinária e por ação preferencial Classe A, e a aproximadamente R\$44,5331 por ação preferencial Classes B e C.

Em 30 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$25.000, à conta de lucros do exercício de 2025, com base em balanço especialmente levantado na data-base 30 de dezembro de 2025, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social. O valor do dividendo por ação correspondeu a aproximadamente R\$0,0740 por ação ordinária e por ação preferencial Classe A, e a aproximadamente R\$1,8555 por ação preferencial Classes B e C.

Conforme Assembleias Ordinárias Extraordinárias realizadas em 31 de março, 30 de junho, 29 de setembro, 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas distribuições de juros sobre capital próprio da Companhia no montante de R\$38.287 (R\$27.777 em 2024).

d) Lucro básico por ação

O resultado por ação, básico, foi calculado com base no lucro do exercício atribuível aos acionistas controladores no exercício findo em 31 de dezembro 2025 e a respectiva média ponderada das ações em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2024.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	199.967	(38.579)
Quantidade de ações	60.523.760	29.041.876
Lucro (prejuízo) básico por ação - em R\$	<u>3,30</u>	<u>(1,33)</u>

e) Plano de opção de compra de ações

No dia 31 de março de 2022, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o 1º Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de outorga”), que consiste na entrega de ações preferenciais restritas da Companhia a pessoas elegíveis, conforme definido pelo Conselho de Administração, que administra o Plano de outorga

A outorga de ações preferenciais restritas é realizada mediante a celebração de um contrato entre a Companhia e cada participante. O Plano de outorga foi criado como parte da estrutura de remuneração e como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos Participante à Companhia, visto que, sujeito aos cumprimentos de determinadas condições estabelecidas pelo Conselho de Administração, os Participantes farão jus ao recebimento de Ações Restritas. O Plano de outorga deve respeitar o limite máximo de concessão, em conjunto, de 3% (três por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia na presente data, correspondente a 711.416 ações preferenciais Classe A e 177.854 ações preferenciais Classe C, totalizando 889.270 ações preferenciais. Foram pactuados dois tipos de acordo, sendo (i) “Restricted Stock Units” (“RSU”), em que não há custos ao outorgado e que pode ser outorgado em até 20% do total de concessões de ações outorgadas; e (ii) “Stock Options” (“SOP”) em que há custos ao outorgado. O prazo de vigência do Plano de outorga é de 10 (dez) anos. Na constituição do Plano de Outorga, a Companhia emitiu novas ações em R\$2.145, constituiu ágio na emissão de ações em R\$3.457 e efetuou a recompra das ações em R\$5.602, de forma que o efeito no Patrimônio Líquido foi zero. Não houve efeito no resultado do exercício, da Companhia, pois, os instrumentos patrimoniais outorgados foram adquiridos de forma imediata (“vest immediately”). O efeito financeiro foi o recebimento das ações outorgadas e exercidas e a constituição de obrigação de passivo financeiro no total de R\$5.602 tendo em vista a opção de compra detida pela Companhia nos termos das condições contratuais.

A valorização das ações é calculada considerando o EBITDA médio dos 3 últimos exercícios, menos a dívida líquida, havendo também redução no método de cálculo em caso de saída antecipada.

Em conformidade com o plano de opção de compra de ações, durante o período 12 meses de 1º de janeiro a dezembro de 2025, período de instituição e encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia recomprou outorgas, emitiu novas ações e determinou seu valor justo. A movimentação das outorgas é apresentada como segue:

	Quantidade de ações	Valores	Média ponderada - Em reais
Em 1º de janeiro	287.050	8.928	31,10
Recompras durante o exercício	(17.860)	(298)	16,67
SOP 2025	29.214	858	29,37
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>298.404</u>	<u>9.488</u>	<u>31,80</u>

A volatilidade do valor justo é determinada ao final de cada exercício, tendo em vista a apuração do cálculo de valor justo das ações de acordo com os termos contratuais e considerando os resultados médios realizados para o EBITDA e dívida líquida atualizados.

21. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida de vendas é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de produtos - terceiros incluindo "hedge"	2.568.151	2.304.233	2.672.973	2.457.977
Venda de produtos - partes relacionadas	18.932	42.668	-	-
Prestação de serviços	610	717	610	717
Receita bruta total	<u>2.587.693</u>	<u>2.347.618</u>	<u>2.673.583</u>	<u>2.458.694</u>
Menos:				
Impostos sobre vendas	(307.178)	(263.864)	(307.221)	(263.942)
Devoluções e abatimentos	(41.951)	(43.113)	(45.128)	(48.325)
Total de receita líquida	<u>2.238.564</u>	<u>2.040.641</u>	<u>2.321.234</u>	<u>2.146.427</u>

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Matérias-primas e materiais de consumo	(1.132.959)	(1.044.258)	(1.165.057)	(1.098.461)
Despesas de salários e benefícios a empregados	(292.727)	(270.638)	(311.522)	(290.904)
Encargos de depreciação, amortização	(103.293)	(89.238)	(107.125)	(97.608)
Despesas de transporte	(106.929)	(99.600)	(108.506)	(101.073)
Serviços	(180.041)	(136.338)	(187.988)	(144.174)
Materiais de manutenção	(43.883)	(31.120)	(47.752)	(35.209)
Energia elétrica - demanda	(2.920)	(3.694)	(3.774)	(4.681)
Promoção e propaganda	(17.024)	(7.387)	(17.357)	(7.794)
Impostos e taxas	(8.328)	(8.533)	(8.497)	(9.056)
Seguros	(6.588)	(15.122)	(9.876)	(20.796)
Inovação tecnológica	(15.440)	(4.831)	(15.440)	(4.831)
(Provisão) Reversão líquidas judiciais	(2.492)	9.625	(2.492)	9.795
Despesas de viagens	(21.538)	(21.997)	(22.021)	(22.279)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(30.674)	(9.071)	(31.235)	(7.787)
Provisão para perdas de estoque	1.511	(3.331)	(2.023)	(7.902)
Outras receitas (despesas) operacionais	35.513	(11.169)	33.325	(33.275)
	<u>(1.927.812)</u>	<u>(1.746.702)</u>	<u>(2.007.340)</u>	<u>(1.876.035)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Classificados como:				
Custos das vendas	(1.426.819)	(1.287.521)	(1.481.826)	(1.363.599)
Despesas com vendas	(193.613)	(158.267)	(196.026)	(158.902)
Despesas gerais e administrativas	(285.418)	(249.729)	(304.706)	(273.437)
Outras despesas, líquidas	(21.962)	(51.185)	(24.782)	(80.097)
	<u>(1.927.812)</u>	<u>(1.746.702)</u>	<u>(2.007.340)</u>	<u>(1.876.035)</u>

23. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros com empréstimos	(135.233)	(104.749)	(139.289)	(104.805)
Juros com cessão de recebíveis (i)	(51.323)	(23.801)	(51.333)	(23.803)
Juros com aquisição de investidas	(9.470)	(9.470)	(9.470)	(9.470)
Outras despesas financeiras	(21.135)	(11.370)	(18.620)	(17.792)
	<u>(217.161)</u>	<u>(149.390)</u>	<u>(218.712)</u>	<u>(155.870)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Receitas com aplicações financeiras	38.016	26.833	39.480	32.813
Juros ativos e outras receitas financeiras	6.262	5.232	6.262	5.232
	<u>44.278</u>	<u>32.065</u>	<u>45.742</u>	<u>38.045</u>
Variações cambiais, líquidas	181.594	(249.514)	169.085	(223.423)
Resultado financeiro líquido	<u>8.710</u>	<u>(366.839)</u>	<u>(3.885)</u>	<u>(341.248)</u>

- (i) As operações de cessão de recebíveis são negociações junto a instituições financeiras que possibilitam a Companhia a antecipação dos recebíveis decorrente de vendas de mercadorias. A efetiva antecipação dos recebíveis depende do aceite por parte de seus clientes, tendo em vista que a participação não é obrigatória. As taxas de juros praticadas pelos bancos estão entre 0,90% a 1,80% a.m. em 2025 (0,96% a 1,60% a.m. em 2024).

24. PARTES RELACIONADAS

a) Transações entre empresas do Grupo

	Parte relacionada	2025	2024
<u>Ativo</u>			
Contas a receber de clientes	Nitro GMBH	3.190	10.484
Contas a receber de clientes	Promak	4.005	5.539
Contas a receber de clientes	Nitro Corp	32.809	28.527
Notas de crédito	Nitro GMBH	3.743	3.101
Total do ativo circulante		<u>43.747</u>	<u>47.651</u>
Outras contas a receber	Regenera	10.000	10.000
Outras contas a receber	Vivus	3.235	2.580
Outras contas a receber	NBT	-	1.500
Total do ativo não circulante		<u>13.235</u>	<u>14.080</u>

	Parte relacionada	2025	2024
Passivo			
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	Faro Capital	37.295	19.988
Outros passivos (nota explicativa nº 18)	Nitro GMBH	8.289	8.510
Outros passivos (nota explicativa nº 18)	NBT	6	2.084
Total do passivo circulante		<u>45.590</u>	<u>30.582</u>
Resultado			
Receita bruta de vendas	Nitro GMBH	18.932	42.668
Receita bruta de vendas	Promak	7.455	10.366
Receita bruta de vendas	Nitro Corp	8.091	8.685
Deduções e abatimentos	Nitro GMBH	-	256
Total resultado		<u>34.478</u>	<u>61.975</u>

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração refere-se aos diretores e conselheiros que tiveram os honorários pagos por serviços prestados nos montantes de R\$10.677 em 31 de dezembro de 2025 (R\$9.505 em 31 de dezembro de 2024), respectivamente.

25. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A Companhia possui as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Tipo de risco	Vencimento	Montante de Cobertura
Responsabilidade civil	31/07/2026	150.000
Riscos operacionais	31/07/2026	1.093.046
Transporte nacional	29/09/2026	2.000
Transporte exportação	29/09/2026	11.005
Transporte importação	29/09/2026	11.005
Veículos	31/10/2026	1.000
Ambiental	03/10/2026	450
Responsabilidade civil administradores	10/11/2026	40.000

A suficiência das coberturas dos seguros, não foi objeto de revisão dos nossos auditores.

26. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adição direito de uso	3.904	20.499	3.944	21.737
Aumento de capital	1.084	-	1.084	-
Total	<u>4.988</u>	<u>20.499</u>	<u>5.028</u>	<u>21.737</u>